

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

**JÁDILLA LEITE MOREIRA**

**O PRONOME SE NA SÓCIO - HISTÓRIA DO PORTUGUÊS POPULAR DO  
BRASIL: UM ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO DO VERNÁCULO DA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIO DAS RÃS**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

**2020**

**JÁDILLA LEITE MOREIRA**

**O PRONOME SE NA SÓCIO - HISTÓRIA DO PORTUGUÊS POPULAR  
DO BRASIL: UM ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO DO VERNÁCULO DA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIO DAS RÃS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

**2020**

M836p Moreira, Jádilla Leite.  
O pronome SE na sócio-história do português popular do Brasil: um estudo sociolinguístico do vernáculo da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs. / Jádilla Leite Moreira; orientador: Jorge Augusto Alves da Silva. – Vitória da Conquista, 2020.  
98f.  
  
Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.  
Inclui referência F. 96 – 99.  
  
1. Português Popular. 2. Pronome SE. 3. Sociolinguística.  
I. Silva, Jorge Augusto Alves da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.  
  
CDD: 469.7

*Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890*  
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

**Título em inglês:** Pronoun se and the popular brazilian portuguese socio-history: a sociolinguist approach in Rio das Rãs quilombola community

**Palavras-chave em inglês:** Popular Portuguese. Pronoun SE. Sociolinguistic.

**Área de concentração:** Linguística.

**Titulação:** Mestre em Linguística.

**Banca examinadora:** Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (presidente); Profa. Dra. Vera Pacheco (titular); Profa. Dra. Janaína de Jesus Santos (titular).

**Data da defesa:** 31 de março de 2020

**Programa de Pós-Graduação:** Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-7461-6946>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4709173588169857>

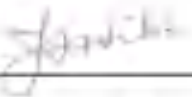
**O PRONOME SE NA SÓCIO - HISTÓRIA DO PORTUGUÊS POPULAR DO  
BRASIL: UM ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO DO VERNÁCULO DA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO RIO DAS RÃS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção de título de Mestre em Linguística.

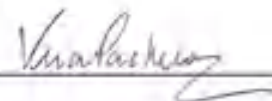
Data da aprovação: 31 de março de 2020.

**Banca Examinadora:**

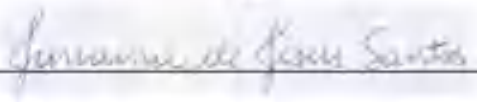
Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva  
(Presidente)  
Instituição: UESB

Ass.:  \_\_\_\_\_

Profª. Dra. Vera Pacheco  
Instituição: UESB

Ass.:  \_\_\_\_\_

Profª. Dra. Janaina de Jesus Santos  
Instituição: UNEB

Ass.:  \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Ele, meu Deus, que nos momentos mais difíceis me colocou em seus braços e me carregou.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado.

À Capes: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva, por todos os ensinamentos, pela paciência e compreensão. Sou muito grata e feliz com a escolha que fiz em tê-lo como orientador.

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Valéria Viana Sousa e Profa. Dra. Vera Pacheco, por aceitarem avaliar o trabalho, e pelas mais que valiosas contribuições.

Aos membros da Banca de Defesa, Profa. Dra. Janaína de Jesus Santos e Profa. Dra. Vera Pacheco, por aceitarem participar da banca e por toda a avaliação e contribuição ao trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, pelas contribuições e disposição em ajudar.

Aos funcionários do PPGLin, por serem sempre solícitos e afetuosos, em especial, Lu e Vanêide, que além de sanar nossas dúvidas, nos ajudavam a rir, deixando leves os momentos tensos.

Aos meus pais, Milton e Nilza, que me educaram para nunca temer os obstáculos da vida, que são a minha fortaleza, o meu amparo, o meu incentivo. Tudo o que faço de positivo na vida é em referência a vocês.

Ao meu irmão Rubenique, pelo apoio e amor; e por me dar os sobrinhos mais lindos (Phelipe e Saulo), que enchem a minha vida de alegria.

Aos meus avós, Francisco (in memoriam), Edite (in memoriam); e em especial, Nilza (in memoriam), que foi a minha maior incentivadora nessa caminhada acadêmica.

Aos meus familiares, que sempre se fizeram presentes, torcendo e vibrando a cada conquista minha.

Aos meus tios, Araci e Edvaldo, que durante esses dois anos me acolheram e me deram um lar aconchegante e cheio de amor.

Às minhas tias, Neinha, Nete e Vone, que além do apoio e incentivo, ajudam a cuidar do meu pai, de modo que eu fique mais tranquila fora de casa.

Aos meus amigos, que me dedicam amizade e apoio; em especial, a Kelly, que me prova todos os dias, que o nosso laço sanguíneo é um mero detalhe na base sólida da amizade de “primãs” que construímos.

Agradeço aos meus colegas de turma, em especial, Bruninha, Mari, Mércia (mel) e Thami, que mais que colegas, foram amigas e parceiras fundamentais nessa caminhada.

Ao professor Dr. Jurgen, que ainda na graduação plantou a sementinha da sociolinguística na minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva, por todos os ensinamentos, pela paciência e compreensão. Sou muito grata e feliz com a escolha que fiz em tê-lo como orientador.

Enfim, a todos que de alguma forma fizeram parte da realização deste trabalho.

## RESUMO

A presente dissertação discute a realização do pronome SE à luz da Sociolinguística variacionista de cunho laboviano (LABOV, 1972), estendendo-se para uma abordagem sócio-histórica. Tomam-se como “corpus” as falas de quilombolas (homens e mulheres; jovens, adultos e idosos, escolarizados precariamente ou não escolarizados) moradores do Quilombo do Rio das Rãs, situado na zona rural de Bom Jesus da Lapa – BA. Inicialmente, recupera-se o conceito de português popular (LUCCHESI, 2015) e especialmente de português afro-brasileiro (SILVA, 2003), procurando discutir a formação sócio-histórica do Português do Brasil (MATTOS E SILVA, 2004) à medida que apresenta um quadro de variação (LABOV, 1972) e possível tendência de mudança em curso em direção ao uso do pronome SE, em situações controladas (entrevistas gravadas) e por meio de condicionantes estruturais (tipo de clítico, valor semântico, função sintática, pessoa do sujeito) e sociais (sexo, faixa etária, estada na comunidade, escolarização). A hipótese norteadora desta pesquisa é a de que os falantes do português afro-brasileiro tendem ao apagamento do clítico dito reflexivo. Para tanto, por meio de uma análise da história da comunidade (ASSIS, 2019) desenha-se um quadro que aponta para um estágio de contato linguístico (LUCCHESI, 2000), o qual veio a redundar numa forma especial de variação, em que dados do contato estão paulatinamente se perdendo nas comunidades graças às alterações sócias. Os dados evidenciaram a preferência pelo apagamento do pronome SE junto ao verbo na comunidade de Rio das Rãs. Quanto ao condicionamento linguístico, o uso do SE mostrou-se sensível ao *tipo de clítico* e à *pessoa do sujeito*. Em relação ao condicionamento social, constatamos que as mulheres tendem a assumir comportamento linguístico, no tocante à realização do pronome.

## PALAVRAS-CHAVE

Português Popular. Pronome SE. Sociolinguística.

## **ABSTRACT**

This dissertation discusses the realization of the pronoun SE. In order to discuss the results, we used the Sociolinguistic (LABOV, 1972) and de Socio-historical approach. Quilombola speeches (men and women; young people, adults and the elderly, poorly educated or not educated) residents of Quilombo do Rio das Rãs, located in the rural area of Bom Jesus da Lapa - BA, are taken as “corpus”. Initially, the concept of popular Portuguese (LUCCHESI, 2015) and especially of Afro-Brazilian Portuguese is recovered (SILVA, 2003), seeking to discuss the socio-historical formation of Brazilian Portuguese (MATTOS E SILVA, 2004) as it presents a “picture” of variation (LABOV, 1972) and possible trend of change in course towards the use of the pronoun SE, in controlled situations (recorded interviews) and through structural conditions (type of clitic, semantic value, syntactic function, person of the subject) and social (sex, age group, stay in the community, schooling). The hypothesis of this research is that Afro-Brazilian Portuguese speakers tend to drop the so-called reflexive clitic. For this purpose, through an analysis of the history of the community (ASSIS, 2019) a chart is drawn that points to a stage of linguistic contact (LUCCHESI, 2000), which came to result in a special form of variation, in which data of contact are gradually being lost in communities by social changes. The data showed the preference for dropping the pronoun SE next to the verb in the community of Rio das Rãs. As for linguistic conditioning, the use of SE was sensitive to the type of clitic and the person of the subject. In relation to social conditioning, we found that women tend to assume linguistic behavior, regarding the realization of the pronoun.

## **KEYWORDS**

Popular Portuguese. Pronoun SE. Sociolinguistic.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|      |                                                               |
|------|---------------------------------------------------------------|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas                      |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| UESB | Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia                    |
| CRR  | Comunidade do Rio das Rãs                                     |
| LP   | Língua Portuguesa                                             |
| PAB  | Português Afro-Brasileiro                                     |
| PB   | Português Brasileiro                                          |
| PCVC | Português Culto de Vitória da Conquista                       |
| PPB  | Português Popular Brasileiro                                  |
| PPVC | Português Popular de Vitória da Conquista                     |
| PR   | Peso Relativo                                                 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                           |    |
|-------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Mapa de Bom Jesus da Lapa..... | 63 |
|-------------------------------------------|----|

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                 |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - Presença [realização] e a ausência [apagamento] do pronome SE em amostras do corpus da Comunidade do Rio das Rãs (percentuais)..... | 79 |
| Gráfico 2 - Presença x ausência do clítico conforme.....                                                                                        | 84 |
| Gráfico 3 - Pessoa do sujeito.....                                                                                                              | 86 |
| Gráfico 4 - Variável sexo do informante.....                                                                                                    | 87 |
| Gráfico 5 - Variável Estada fora da comunidade.....                                                                                             | 89 |
| Gráfico 6 - Realização do Pronome SE segundo a variável Faixa Etária.....                                                                       | 91 |
| Gráfico 7 - Variável Escolaridade no corpus da CRR em dados percentuais.....                                                                    | 92 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                |    |
|----------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Informantes segundo o perfil social.....            | 58 |
| Quadro 2 - Classes verbais semanticamente médias.....          | 70 |
| Quadro 3 - Aspectos gerais do pronome SE (reconfiguração)..... | 81 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                          |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Presença [realização] e a ausência [apagamento] do pronome SE na CRR .....    | 78 |
| Tabela 2 - Realização da regra com relação à variável Tipos de SE.....                   | 82 |
| Tabela 3 - Realização do clítico segundo a pessoa do discurso.....                       | 85 |
| Tabela 4 - Realização do clítico segundo o sexo do informante.....                       | 87 |
| Tabela 5 - Variável Estada fora da comunidade em dados percentuais e peso relativo ..... | 89 |
| Tabela 6 - Realização do clítico segundo a Faixa etária do informante.....               | 90 |
| Tabela 7 - Marca de pessoa no clítico segundo a escolaridade do informante.....          | 92 |

## SUMÁRIO

|       |                                                                                               |    |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1     | INTRODUÇÃO.....                                                                               | 16 |
| 2     | CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO.....                                          | 20 |
| 2.1   | O silêncio entorno do português afro-brasileiro.....                                          | 20 |
| 2.2   | Conceito sociolinguístico de afro-brasileiro: seus contornos e seus limites....               | 24 |
| 2.3   | O pronome SE para os linguistas:.....                                                         | 26 |
| 3     | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....                                                                    | 29 |
| 3.1   | Sociolinguística variacionista: contribuições para o estudo do português afro-brasileiro..... | 29 |
| 3.2   | Linguística sócio-histórica: procurando explicar o português afro-brasileiro                  | 33 |
| 3.3   | Contato linguístico: a formação do português afro-brasileiro.....                             | 35 |
| 3.4   | Contribuições do português afro-brasileiro: um divisor de águas.....                          | 40 |
| 3.5   | Considerações “gramaticais” acerca do pronome SE e seu emprego:.....                          | 44 |
| 3.6   | O se nas pesquisas linguísticas.....                                                          | 46 |
| 3.6.1 | O pronome reflexivo na zona rural de Januária no alto-médio de São Francisco-MG.....          | 46 |
| 3.6.2 | D’ Albuquerque: a perda dos clíticos em um dialeto mineiro.....                               | 47 |
| 3.6.3 | Nunes (1995): apagamento do clítico SE no português falado em São Paulo/SP.....               | 49 |
| 3.6.4 | Rocha (1999): clíticos reflexivos na cidade de Ouro Preto.....                                | 50 |
| 3.6.5 | Souza (2011): As estruturas reflexivas do português Afro-brasileiro.....                      | 51 |
| 3.6.6 | Teixeira (2018): o clítico SE no português popular e culto de Vitória da Conquista.....       | 52 |
| 4     | MÉTODO.....                                                                                   | 56 |
| 4.1   | CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA.....                                                                  | 58 |
| 4.2   | PERFIL SÓCIO-HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE FALA DE RIO DAS RÃS - <i>LOCUS</i> DA PESQUISA.....   | 60 |
| 4.3   | CODIFICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS/TRATAMENTO DOS DADOS....                                          | 64 |
| 4.3   | ENVELOPE DE VARIAÇÃO.....                                                                     | 65 |
| 4.4.1 | Variáveis Dependentes.....                                                                    | 65 |
| 4.4.2 | Variáveis Independentes.....                                                                  | 65 |
| 5     | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....                                                            | 77 |
| 5.1   | RODADA GERAL.....                                                                             | 77 |
| 5.2   | RESULTADOS OBTIDOS DO CORPUS OBSERVADO EM RELAÇÃO À VARIÁVEL DEPENDENTE.....                  | 77 |
| 5.3   | RESULTADO DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS.....                                                     | 81 |

|                                                 |           |
|-------------------------------------------------|-----------|
|                                                 | xv        |
| 5.3.1 Tipos de SE.....                          | 81        |
| 5.3.2 Pessoa do sujeito.....                    | 84        |
| <b>5.4 RESULTADO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS.....</b> | <b>86</b> |
| 5.4.1 Sexo.....                                 | 87        |
| 4.4.2 Estada fora da comunidade.....            | 88        |
| 4.4.3 Faixa etária.....                         | 90        |
| 4.4.4 Escolaridade.....                         | 91        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>              | <b>94</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                         | <b>96</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

As origens do português brasileiro (doravante PB), ainda nos dias atuais, é alvo de muita discussão, entretanto, o seguimento que assumimos aqui é a da variedade da língua portuguesa falada pela maioria dos brasileiros, em outros termos, a variedade popular, formada a partir do contexto que permeava o Brasil no início da colonização denominado por Mattos e Silva (2004) como “multilinguístico generalizado”. Essa multiplicidade linguística de tal período influenciou diretamente na alteração da fala popular, da língua falada pelos portugueses que vieram para o Brasil, devido ao contato com as línguas indígenas e africanas.

Considerando o contexto sócio-histórico da formação do português popular brasileiro, e procurando contribuir para sua melhor caracterização, o uso do pronome reflexivo tem sido objeto de pesquisa de muitos pesquisadores do português, tais como Nunes (1995), Rocha (1999), Camacho (2003) e Mello (2009), Souza (2011) e Teixeira (2018).

Estudos acerca do pronome SE, em especial de sua função reflexiva, têm apontado para um processo de variação cujo padrão sociolinguístico assenta-se no binômio [realização vs apagamento]. Ademais, recrudesceu neste século o interesse pelo estudo do vernáculo de comunidades afro-brasileiras em diversos graus de isolamento social e diferentes momentos e processos de aquisição da Língua Portuguesa (LUCCHESI, 2015). Trazemos, pois, o caso da comunidade linguística do Rio das Rãs, comunidade quilombola, situada no estado da Bahia.

É inegável que as línguas variam no tempo e no espaço. Tais critérios – tempo e espaço – foram assaz utilizados para evidenciar diferenças linguísticas dentro de um mesmo sistema. No entanto, a falta de um aparato teórico-metodológico, fez com que o estudo da variação dentro dos estratos sociais ficasse para uma posterior investida, certamente, resultada da necessidade de derrubar os estereótipos linguísticos advindos da frágil noção de código restrito.

Desta forma, foi necessária uma pesquisa no que tange à língua em seu uso real, vislumbrando explicações para as variações nos âmbitos socioculturais distinguidos em determinada comunidade, observando a língua não só como um produto social, mas um reflexo dos valores das classes sociais (LABOV, 1972). A partir de então, a língua passou a ser tratada por dois polos: a língua variável em constante instabilidade e a língua considerada produto cultural criado para ser referência de comportamento linguístico considerado conveniente, adequado.

Por conta disso, mantêm-se pelo menos duas visões contrastantes no tratamento da língua no Brasil, segundo Angela Paiva Dionísio (2005) ao trazer reflexões sobre o tema em

seu texto *Variedades linguísticas: Avanços e Entraves*: a daqueles para quem a língua portuguesa está sendo massacrada e exterminada e a daqueles para quem as mudanças ocorridas na língua portuguesa falada e escrita no Brasil resultam de fenômenos linguísticos naturais e peculiares a qualquer língua viva.

Ainda nesse conjunto de alterações de ponto de vista, restava discutir como as variedades de língua se constituíram, não de uma corrupção de normas postas e registradas nas grandes obras das culturas, mas da língua falada pelo povo e tida como primeira forma de manifestação de sua cultura, de sua identidade.

Não é por acaso que Lucchesi (2009), citando pertinazmente Deutscher (2005), demonstra, o que alguns ainda procuram ver em seus estudos, que as variedades populares não são corrupção das normas e nem as atualizações das línguas “nacionais” são corrupção dos modelos atávicos.

A respeito dessa questão, Souza (2011) na sua dissertação de mestrado, intitulada como *As estruturas reflexivas do português Afro-brasileiro*, insere-se na tradição dos que admitem a hipótese de que certos fenômenos do Português Popular do Brasil só podem ser explicados pelas diferenças sociais e históricas que também constituíram a sociedade brasileira.

A respeito, consideramos justa medida o presente estudo, por julgarmos necessária uma reflexão pautada das interfaces do clítico reflexivo nas gramáticas, uma vez que a análise dos clíticos tem gerado discussões polêmicas, que até hoje se encontram em aberto, como a divergência quanto à sua classe gramatical, visto que em alguns estudos, o clítico se aproxima das propriedades de um afixo e outros que se contrapõem. As Gramáticas Tradicionais ignoram as mudanças sofridas pelo pronome clítico SE em sua trajetória na história da Língua Portuguesa (LP), tratando construções com SE com o mesmo conservadorismo com que a tradição gramatical brasileira sempre se ocupou do tema.

Considerando o contexto sócio-histórico da formação do português popular e procurando contribuir para sua melhor caracterização no que tange ao pronome SE dito reflexivo, a partir da análise desse pronome, presente na fala vernácula da população quilombola de Rio das Rãs, distrito de Bom Jesus da Lapa-BA, propomo-nos a responder à seguinte pergunta: se há o apagamento do clítico SE, que fatores linguísticos e extralinguísticos favorecem ou desfavorecem o apagamento desse clítico? Para responder tal pergunta objetivamos analisar o funcionamento do clítico SE em ocorrências de língua falada, dando ênfase à variação entre a realização e o apagamento [realização vs apagamento], em decorrência disso vamos (a) descrever os condicionantes (linguísticos e extralinguísticos) que

contribuem para a realização ou sua consequente omissão no vernáculo do Português Popular de tal comunidade, levando em consideração os percentuais e os pesos relativos que revelam fatores linguísticos (estruturais) e extralinguísticos (sociais) que estariam condicionando a realização ou o apagamento da variável. Para fins desta pesquisa, vamos controlar, em termos variacionistas (LABOV, 1972), a realização do pronome.

A hipótese geral lançada nesta pesquisa é a de que os falantes do português afro-brasileiro tendem ao apagamento do clítico dito reflexivo. Justificamos tal hipótese, por acreditarmos na visão de Lucchesi e Souza (2018), de que o uso dos pronomes reflexivos teria sido muito reduzido pelo processo de transmissão linguística irregular que marca a formação histórica dessas comunidades afro-brasileiras. Para tanto, defendemos a existência de duas gramáticas, uma com fortes traços oriundos do contato linguístico e outra com traços que se aproximariam da língua não etnicamente marcada. A hipótese aventada por nós para nossas variáveis independentes é a de que as mulheres tendem a serem mais refratárias ao uso da língua e seguirem a norma de prestígio, e que jovens e idosos vão demonstrar comportamentos diferenciados, havendo a tendência de realização do pronome entre os mais jovens e de apagamento pelos mais velhos.

Partindo desse pressuposto, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972), analisamos as 24 entrevistas extraídas do *corpus* oral, da comunidade de Rio das Rãs, constituído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo/CNPq – *Janus*, estratificadas quanto ao sexo, tempo de escolarização, estada fora da comunidade e faixa etária dos informantes.

Isso feito, estabelecemos nesta Dissertação cinco seções. Na **seção 1**, intitulada *CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO*, estreitamos nosso objeto de estudo, discutindo o conceito do português afro-brasileiro e a relevância do estudo do pronome SE para entendê-lo.

A **seção 2** consiste na *FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA* que orienta o presente estudo. Para tanto, tomamos as principais ideias discutidas no âmbito da **Sociolinguística Varacionista** (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], LABOV, 2008 [1972]) e da **Sócio-história** (ROMAINE, 2009 [1982]). Discutimos ainda a formação do PB e as suas contribuições, além da abordagem do SE na perspectiva das pesquisas linguísticas.

Na **seção 3**, trazemos os **materiais e métodos** da pesquisa. Além do perfil sócio-histórico da comunidade de Rio das Rãs, mostrando brevemente o processo da sua formação. A nossa amostra de pesquisa, por exemplo, foi constituída a partir do *corpus* oral cedido pelo grupo *Janus*. A partir disso, definimos três faixas etárias para a composição da amostra, a

saber: (a) faixa I – de 18 a 40 anos; (b) faixa II – de 41 anos a 60 anos; (c) faixa III – acima de 61 anos. Seleccionamos, do referido *corpus*, 12 (doze) entrevistas de informantes do sexo masculino e outras 12 (doze) de informantes do sexo feminino, compondo, ao final, uma amostra com um total de 24 (vinte e quatro) entrevistas. Ainda, expusemos nessa seção as variáveis do presente estudo, juntamente com outras hipóteses mais específicas.

Na **seção 4**, apresentamos **análise e discussão dos dados**. Aqui, expomos os resultados obtidos das rodadas no *GoldVarb X*. Inicialmente, mostramos os resultados da variável dependente, seguidas das variáveis independentes (linguísticas e extralinguísticas). Por fim, nas *considerações finais*, retomamos alguns dos resultados obtidos na pesquisa com o intuito de comprovar que o pronome clítico SE está passando por um processo de mudança em curso.

## 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTUGUÊS AFRO-BRASILEIRO

O objetivo desta seção é precisar o conceito de português afro-brasileiro com o qual lidamos além de demonstrar qual a relevância de nosso estudo para a compreensão de uma das realidades linguísticas presentes no Brasil<sup>1</sup>, tomando como elemento linguístico balizador o comportamento do pronome reflexivo SE<sup>2</sup> na sócio-história da língua

portuguesa. A presente seção foi dividida em três partes ou subseções:

- a) A primeira refere-se ao que Silva (2005) chama de silêncio em relação aos estudos sobre o papel das línguas africanas na construção identitária do português brasileiro;
- b) A segunda está relacionada ao conceito sociolinguístico de afro-brasileiro, ou melhor, português afro-brasileiro, seus contornos e seus limites;
- c) A terceira apresenta a importância do estudo dos pronomes, em especial do SE, para a compreensão da origem, da formação e da consolidação do português afro-brasileiro.

### 2.1O silêncio entorno do português afro-brasileiro

O emprego do termo “afro-brasileiro” para fazer referência a uma das variedades do português falado no Brasil é, certamente, uma inovação do final do século XX. Essa situação, a nosso juízo, espelha a cosmovisão segundo a qual o papel dos africanos e seus descendentes não foi apenas folclórica ou mera contribuição como quiseram quer algumas posições “folcloristas” divulgadas pelo aparato escolar, certamente influenciadas por interpretações filológicas que consideraram essa variedade como formadora do léxico. Passa-se, portanto, a perceber que a presença e a convivência africana no Brasil atingiram, mormente, outras áreas formadoras da sociedade ou da identidade social brasileira, visto que o uso do termo para outras áreas como a culinária, música e literatura remonta o século XIX como bem demonstra Houaiss (2001).

As evidências daquilo que acabamos de enunciar encontram-se nas definições do termo “afro-brasileiro” em dicionários gerais da língua portuguesa, como é o caso de Aulete (2011) que relaciona o afro-brasileiro à etnografia. Para o dicionarista, afro-brasileiro remete à simultaneidade de envolvimento de África negra e Brasil e dá como exemplos o ritmo afro-

<sup>1</sup> Referimo-nos à história do português culto e a história do português popular, tal qual preconizava Mattos e Silva (2004).

<sup>2</sup> A inserção da discussão do pronome SE na história da românia é um dos aspectos relevantes para compreendermos tanto a unidade linguística na românia quanto as diferenças perceptíveis em cada particularidade das línguas neolatinas. Para melhor entendimento da questão, na amplitude românica, recomendamos a leitura dos “Pronomes Reflexivos” segundo o testemunho de Bassetto (2016).

brasileiro e a literatura afro-brasileira, sem fazer referência à língua. Situações assemelhadas ocorrem com afrobaiano e afro-cubano.

Por outro lado, vemos em Houaiss (2001) o registro do termo *afro-lusitanismo* em referência à variedade do português falado na África e transcrevemos: “Em sentido lato, qualquer fato de linguagem (fonético, mórfico, sintático, lexical), privativo do português da África em contraste com o de Portugal. Conjunto dos fatos lexicais distintivos do português da África” (HOUAISS, 2001, p. 108). Ora, pela simples análise do verbete, podemos ver que há reconhecimento de que na África existe uma variedade de português e que tal variedade não se enquadra naquelas características que poderiam associá-lo ao falar lusitano; no entanto, o mesmo *status* não é conferido ao português afro-brasileiro, já que o autor não se refere a um afro-brasileirismo. Ao tratar da questão do português afro-brasileiro, Houaiss reconhece (2001; 2020<sup>3</sup>) a existência do termo como adjetivo e o apresenta as seguintes abonações:

- (1) Linhas áreas afro-brasileira são ainda raras.
- (2) Literatura afro-brasileira.
- (3) Afrodescendente brasileiro.

Conjecturamos, portanto, que haveria *a nosso sentir* a continuação do silêncio acerca das marcas de uma variedade de língua afro-brasileira no tocante à nossa construção identitária ou de construção de nossa identidade<sup>4</sup>, principalmente do ponto de vista sociolinguístico.

Essa situação de silêncio seria denunciada por Silva (2005) ao contraditar a pouca sobrevivência de fontes de pesquisa acerca do português afro-brasileiro. Como entender à luz de fatos históricos as escassas fontes do português afro-brasileiro? Para responder a tal questionamento é importante resgatar o texto de Silva (2005), para quem:

<sup>3</sup> <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v5-1/html/index.php#1> acesso em 10.02.2020.

<sup>4</sup> O uso do termo *identidade* dentro da Sociolinguística advém da extensão do sentido já atribuído a outras áreas de conhecimento como é o caso da Psicologia Social. A exemplo disso, Stratton e Hayes (2008 [1994]) definem identidade como o senso que um indivíduo tem sobre o tipo de pessoa que ele é. O senso a que os estudiosos fazem referência estabelece-se por meios de julgamentos, no momento em que o indivíduo vê a si e por meio de tal visão começa a perceber o outro. A nosso sentir, torna-se oportuna a imagem que captamos das observações feitas por Johnson (1997). Quando tiramos uma fotografia de nós mesmo, aquele tipo de fotografia que convencionamos marchar de *self*, fazemos uma avaliação para julgarmos se a dita *self* realmente capturou aquilo que somos ou aquilo que queremos que nos represente para os outros. Nesse sentido, a *self* seria o nosso eu-ideal. Na seara Sociolinguística, a identidade é uma “concepção simbólica” e – como sói acontecer nas construções simbólicas – é fruto de uma construção, segundo a qual o falante se inclui em dado grupo ao mesmo tempo em que se exclui de outros. (BAGNO, 2017, p.199).

O silêncio em relação à linguagem dos africanos pode ser explicado pelo silêncio geral que se fazia ao redor de tudo aquilo que se referia aos negros. Duas evidências desse silêncio podem ser vistas em autores de épocas distintas. Em 1741, Antônio da Costa Peixoto<sup>5</sup> procura redigir sua *Obra nova de língua geral de Mina* com o intuito de “ajudar” os senhores na compreensão da fala dos negros. Se compararmos com os compêndios e métodos para se aprender as línguas ameríndias, vamos perceber que esse silêncio foi muito grande. O objetivo de Peixoto era dar conhecimento aos senhores sobre a língua dos negros a fim de se precaverem contra eles. (SILVA, 2005, p. 70).

Indo mais além na questão o mesmo Silva (2005) observa que:

Além desse exemplo, Renato Mendonça, no século XX, queixa-se que desde o “Império que há indianólogos”, mas que os “africanismos” só iriam ter “seu precursor notável” na pessoa de Macedo Soares em 1888 (MENDONÇA, 1973 [1933], p.60). Assim, não se pode negar o fato de que o negro não foi objeto de estudo sistemático tanto quanto foi o índio. A afirmação de Naro e Scherre de que “os observadores – nativos ou estrangeiros – não conseguem reconhecer qualquer traço linguístico associado exclusivamente com a etnia afro-brasileira” (NARO; SCHERRE, 1993, p.438-9) não pode ser aceita se considerarmos o silêncio acadêmico que até o século XX pairou sobre a figura do escravo africano e seus descendentes (SILVA, 2005, p. 70).

A publicação do livro *Português afro-brasileiro* (2009) vem trazer à luz do dia questões que estavam germinando com o intuito de apresentar à comunidade acadêmica o papel dos afrodescendentes na história da formação da língua portuguesa do Brasil. Naquela ocasião, Bater, Lucchesi e Ribeiro (2009) enunciam que o processo de transmissão linguística que deu origem ao português popular e especialmente o afro-brasileiro deveria ser visto não como a oposição entre língua alvo vs língua crioula, mas em um *continuum* que revelava etapas e situações que só seriam bem compreendidas por meio de análises em comunidades etnicamente marcadas, especialmente, as quilombolas<sup>6</sup>. Assim, segundo aqueles autores:

Portanto, os processos de transmissão linguística irregular mais leves, que aqui se postulam para explicar a história das variedades populares do português do Brasil e do português afro-brasileiro em particular (cf. capítulo 2 deste livro), compreenderiam as seguintes etapas: (i) fase inicial: variação, mais ou menos intensa, no uso dos mecanismos gramaticais, sendo mais rara a eliminação desses mecanismos; opacidade relativa nos estímulos-gatilhos que possibilitam a aquisição de valores diferenciados nos parâmetros sintáticos; (ii) fases seguintes: manutenção do quadro de variação, em que se observa a concorrência entre as formas gramaticais reintroduzidas a partir da influência da LA e potenciais processos de

<sup>5</sup> “Pois hé certo e afirmo, que se todos os senhores de escravos e hinda os que não os tem, souvecem esta lingoage não sucedarião tantos insultos, rehinhas, estragos, roubos, mortes, e finalm.te cazos atrozes de algúa sorte se poderião evitar alguns destes descomsertos, se ouvece maior curuzid.e e menos preguisa, nos moradores, e abitantes destes payses.” (PEIXOTO, 1944 [1741], p. 36)

<sup>6</sup> De início, estudiosos como Mattos e Silva rejeitaram o uso do termo quilombola para denominar as comunidades que Silva (2003) estudava, ainda, mestrando na UFBA. A argumentação do autor é que havia aparato legal e autorreconhecimento, o que, por si só, justificavam a denominação até hoje empregada de forma consensual pelos diversos autores como Souza (2008).

gramaticalização que emergem na heterogeneidade da fala; variação nas frequências de uso dos parâmetros sintáticos. (BAXTER, LUCCHESI, RIBEIRO, 2009, p.123).

A necessidade de marcar tal espaço teórico foi necessário, já que procurava a responder duas objeções contra a existência de uma variedade afro-brasileira do português. A primeira feita por Naro e Scherre (2007) punha em dúvida não só a existência de tal variedade de português, mas colocava a questão de outros pesquisadores não terem, em tempos idos, se atentado para tal situação. A segunda também daqueles autores residia na impossibilidade de identificar plenamente as línguas africanas que constituíram o português afro-brasileiro. Em 2009, Silva demonstrou que o silêncio em relação aos africanos no Brasil não era incomum e não se restringia aos aspectos linguísticos. Em relação às línguas africanas trazidas para o Brasil, Silva (2009) pondera que não se tratava das línguas, mas do contato entre aloglotas e o surgimento de uma variedade de língua em que a simplificação seria necessária para que a comunicação se estabelecesse.

Tais explicações daquele pesquisador, cremos, são bastante para responderem à questão inicialmente proposta: a do silêncio em relação ao afro-brasileiro. A segunda está relacionada ao peso que os estudiosos (entre eles filólogos e gramáticos) deram a certas características do português afro-brasileiro. No tocante, à realização ou apagamento de pronome, *in casu*, o pronome SE, temos que observar que alguns temas ocupavam a mente de pesquisadores da nossa língua em dadas épocas. Os levantes emancipatórios advindos da Independência, como bem demonstrou Pinto (1978), ensejaram estudo acerca da forma brasileira de falar, marcadamente pontuada pelo léxico inovador, ou melhor, pelas inovações lexicais. Nesse sentido, os africanismos foram relegados a *segundo plano*, havendo uma tentativa de associar a brasilidade aos elementos indígenas.

Ainda acrescentemos a isso que os primeiros a descreverem o papel das línguas africanas no Brasil (presentes no Brasil, melhor dizendo) eram pouco afeitos às questões de categorização linguística, como demonstra a análise feita por Cunha (2019) ao analisar o trabalho mais divulgado de Jacques Raimundo (1933): O valor do estudo do Raimundo (1933) está na riqueza de sua compilação, na pesquisa realizada *in loco*, no cotejo de formas; por outro lado, a sua falta de rigor linguístico, não lhe permitiu produzir um estudo sistemático e estrutural. Como homem de seu tempo, o autor emprega termos próprios da Gramática Histórica ainda muito influenciada pelos valores científicos de sua época, tal qual aparece na designação “mulatizado” para designar lexias africanas que sofreram modificações ao entrarem em contato com a Língua Portuguesa. Existe, ainda, no estudioso a qualidade de registrar as lexias situando-as geograficamente como no caso de “munjolo” cujo sentido no Rio de Janeiro é moinho, mas na Bahia trata-se de um dos nomes de gado vácuo, o bezerrinho (RAIMUNDO, 1933, p.145)

Vendo em especial o uso de pronomes e a descrição de tal uso na realidade linguística brasileira, foi a questão da colocação pronominal que ocupou espaço das “reflexões” sobre a língua portuguesa usada no Brasil. Tal “situação brasileira” era forma de distinguir nosso falar dos valores lusitanos. Até poetas como Oswald de Andrade (1890 – 1954) se propunham a opinar judiciosamente sobre a questão: “Dê-me um cigarro//Diz a gramática//Do professor e do aluno// E do mulato sabido//Mas o bom negro e o bom branco//Da Nação brasileira//Dizem todos os dias//Deixa disso camarada//Me dá um cigarro”.

Em síntese, entendemos que o termo afro-brasileiro se aplica a uma variedade da língua portuguesa cujos falantes etnicamente marcados/reconhecidos construíram seu vernáculo graças a uma situação de contato em que a língua portuguesa sofreu alterações e erosões culminando com simplificação morfológica não prevista na deriva romana (SILVA, 2003).

Resta-nos demonstrar a relevância do estudo do pronome SE para compreendermos a história da língua portuguesa, considerando as comunidades quilombolas e a uso do português afro-brasileiro, como vernáculo, no sentido laboviano (LABOV, 1972).

## **2.2 Conceito sociolinguístico de afro-brasileiro: seus contornos e seus limites**

Abordamos de forma embrionária a origem do termo afro-brasileiro e como ele passou a ser aplicado para nomear uma das variedades da língua portuguesa falada no Brasil, especialmente, em referência aos grupos marcados etnicamente, em outros termos, aqueles grupos que se constituíram da formação de quilombos cujos remanescentes, no final do século XX, reivindicaram a posse das terras que habitavam, por herança ou ocupação.

Estudos apontam que há uma redução no uso do pronome reflexivo observados no português popular brasileiro e no português afro-brasileiro, que está associada às mudanças decorrentes do contato entre línguas do contexto sócio-histórico das variedades linguísticas. Por definição, o termo *popular*, de acordo a Silva (2005), aplica-se às variadas situações da vida social. Pode referir-se tanto ao conjunto de cidadãos como um todo (voto popular equivale ao voto de todos) quanto à parcela da população que não faz parte da elite, representando, pois, a gente comum, as pessoas comuns ou como tratar-se àquilo que se opõe ao requinte, fino, como o “comércio popular” e/ou lojas de “artigos populares”. Entretanto, o *popular* contrapõe-se ao culto, no que tange à Sociolinguística, de modo que, seja considerada como a variedade da língua usada como vernáculo para (LABOV, 1972), usada por aqueles que, socioeconomicamente falando, refere-se ao grupo que compõe a base da pirâmide social, no

caso específico, as classes marginalizadas do Brasil, cuja gramática e léxico fujam da língua considerada legítima pelo Estado (LUCCHESI, 2017). Nas palavras de Silva,

[...] a caracterização da língua popular do Brasil está diretamente ligada à classe social de seus falantes e a classe social do falante está relacionada ao seu contexto sócio-histórico. cremos, portanto, que o falante do português popular do Brasil possua como língua vernácula, nos termos enunciados por Labov (1972), uma variedade de língua que reflete a constituição histórica das classes menos favorecidas do Brasil, perceptível no nível social, econômico e cultural dos utentes da variedade popular tanto no meio rural quanto no meio urbano (SILVA, 2005, p. 15).

Silva (2005) afirma que o termo popular sempre esteve associado à oposição ao culto, ao aristocrático, à elite. E salienta ainda que ao nomearmos uma língua de popular estamos assumindo que há uma diferença perceptível na forma de falar do povo e do não-povo ou elite ou camada culta.

Para melhor contextualizar, Lucchesi (2009) afirma que o conceito de português afro-brasileiro se fundamenta, não em parâmetros étnicos, mas em parâmetros sócio-históricos. O que determina se o falante fala o português afro-brasileiro não é se ele é de localidades que os habitantes sejam afrodescendentes. Pois, se ele tem nível superior, vem de família que também tem nível superior, certamente ele seja falante da norma culta brasileira. Entretanto, ele chama atenção que, infelizmente, a maioria dos afrodescendentes ainda vive na base da pirâmide social, sendo falantes da norma urbana, ou urbana.

O português afro-brasileiro é uma variedade de padrões linguísticos rurais, compostas na sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se instalaram no país até os dias hoje. Embora haja uma grande diversidade nessas comunidades originadas em antigos quilombos de escravos fugidos, muitas ainda mantêm a tradição da origem e conservam seus valores e culturas. Para Lucchesi,

Dessa forma, o português afro-brasileiro guardaria uma especificidade no universo mais amplo do português popular rural brasileiro (ou, mais precisamente, norma popular rural do português brasileiro), não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira) (LUCCHESI, 2009, p.32).

Diante da visão adotada por Lucchesi e Souza (2018), o português afro-brasileiro, dentro do seu contexto sócio-histórico, seria a variedade do português popular que mais teria sido afetada pelo contato entre línguas, em especial no caso de comunidades quilombolas,

bem como de agrupamentos de escravos libertados que se conservaram em localidades mais remotas das propriedades de seus antigos senhores. Pois, mantiveram em certo isolamento até recentemente, conservando os aspectos de sua fala que foram mais afetados pelo contato linguístico. Porém, no século XX, o processo de industrialização no Brasil afetou essas comunidades, de modo que tivessem seus padrões linguísticos e culturais modificados. Este processo estaria em curso de nivelamento linguístico, os padrões linguísticos estariam se fundindo em todas as esferas do país, devido aos avanços sociais; escolarização formal, crescimento no mercado de trabalho, os meios de comunicação em massa. Tais fatores estariam contribuindo para mudanças nessas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas.

### **2.3 O pronome SE para os linguistas:**

No que tange ao fenômeno que nos interessa nesta pesquisa, o pronome SE reflexivo, a hipótese decorrente dessa visão segundo Lucchesi e Souza (2018) seria a de que o uso dos pronomes reflexivos teria sido muito reduzido pelo processo de transmissão linguística irregular que marca a formação histórica dessas comunidades. Entretanto, a crescente influência dos padrões linguísticos externos fez com que, a partir de meados do século XX, o uso do pronome reflexivo fosse se incrementando em todo o seu espectro gramatical.

Deste modo, nesta investigação temos a variação do emprego do pronome SE reflexivo, exemplificada:

- (1) Você nunca que se preocupa com as coisa de amanhã (IAN-1-M)
- (2) Cês tão namorando pra Ø casar (IAN-1-M)

Diante do processo sócio-histórico de contato linguístico do português brasileiro (doravante PB), em que Baxter, Lucchesi e Ribeiro (2009) defendem que deixou marcas na morfossintaxe (como a sua simplificação), conceituado como transmissão linguística irregular, o exemplo (2) levanta a hipótese que a perda do pronome reflexivo teria ocorrido no passado. Nunes (1995) verificou que o apagamento do clítico SE vem ocorrendo desde o século XVI até o século XX. Nessa pesquisa, o autor encontrou evidências que na sua visão caracteriza um fenômeno de hipercorreção: a inserção de SE em contextos nos quais ele não é requerido e tampouco prescrito pela Gramática Tradicional.

Lucchesi e Souza (2018) afirmam que nos processos prototípicos de criouliização, os pronomes reflexivos da língua lexificadora se perdem, ocorrendo, durante a reestruturação da língua pidgin/crioula, um processo de gramaticalização, no qual o substantivo corpo ou

cabeça assume a função de pronome reflexivo. E ainda, que em várias línguas africanas a palavra para corpo também funciona como reflexivo. Desse modo, eles enfatizam que, embora a palavra usada seja a da língua europeia lexificadora do crioulo, a especificação gramatical da palavra é fornecida pela matriz da língua africana do substrato.

(3) Matantpannkor.

(4) Minha tia enforçar corpo (tradução literal)

(5) Minha tia se enforcou.

Considerando que o português popular brasileiro tenha se formado processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, podemos esperar encontrar no PPB uma situação na qual o pronome reflexivo deixa de ser empregado, sobretudo em contexto em que seu conteúdo semântico é esvaziado.

De acordo a Vitral (2006), o uso do SE reflexivo, é oriundo do pronome reflexivo latino SE, acusativo e ablativo, que, por sua vez, se vincula à raiz indoeuropéia \*SE-, que significa “à parte, separado, para si”. De acordo com Romanelli (1975:169), *se* expande-se na nossa língua de maneira a formar a chamada construção passiva sintética e, posteriormente, a construção com sujeito (VITRAL, 2006). O autor observa que o *se* indeterminador se comporta como um afixo, e não propriamente como um clítico, o que reforça a hipótese de gramaticalização desse clítico. Nas palavras do autor,

Como vimos, a expansão da forma *se* inclui dois percursos: a partir do *se* reflexivo, a língua inovou criando uma trajetória que apresenta os estágios do *se* estilístico e do *se* que ocorre com verbos pronominais; e outra que inclui o *se* apassivador (com dois subtipos, isto é, o *se* médio passivo e a passiva sintética) e o *se* indeterminador do sujeito (VITRAL, 2006, p. 126).

O clítico SE tem dois tipos de comportamento no Português Brasileiro contemporâneo Segundo Oliveira (2006):

(6) Eu \_\_\_ conformei com a decisão dele.

Neste contexto, a autora sustenta que o clítico pode ser suprimido, o que mostra ser características pertinente do mineiro.

Em:

(7) Eu se conformei com a decisão dele.

Explica-se aqui por meio da neutralização da 3ª pessoa. De acordo a Oliveira (2006), se configura numa característica pambrasileira.

Por sua vez, em:

(8) Ele se ressuscitou.

Tal modo, caracteriza-se meio pelo da inserção, enquanto em:

(9) Ela se conformou-se com a decisão dele.

Devemos notar que essa duplicação é caracterizada pela autora como um fenômeno tipicamente nordestino, assim como em:

(10) Ele se aproveitou muito pra ele. Duplicação com outras formas pronominais.

Dito isto, vamos partir para a fundamentação teoria que amparou a pesquisa.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, apresentamos o arcabouço teórico que orienta esta pesquisa. Para este fim, amparamo-nos nos principais estudos acerca da Sociolinguística Varacionista ou Laboviana, de modo que vislumbremos associar a teoria ao nosso objeto de estudo para lastrear nossas análises e discussões acerca do uso do pronome SE no português afro-brasileiro, especialmente aquele falado pela Comunidade de Rio das Rãs.

Para começarmos a discussão, apresentamos, a seguir, os fundamentos da Sociolinguística Variacionista. Dois questionamentos serão respondidos nessa parte de nosso trabalho: como a teoria da variação pode contribuir para descrever e explicar o uso da variação do pronome SE na Comunidade de Rio das Rãs e que tipo de linguística histórica fornece subsídios para robustecer a descrição e a explicação sobre a variação no uso do pronome SE naquela comunidade.

#### 3.1 Sociolinguística variacionista: contribuições para o estudo do português afro-brasileiro

Como tivemos oportunidade de expor, o estudo a respeito de características do português afro-brasileiro não recebeu o tratamento devido por partes de linguistas, fazendo exceção àqueles que se dedicaram a estudos lexicais, como o exemplo, de Amaral (1920), Nascentes (1922) e Marroquim (1934), além de Jacques Raimundo (1933).

Parece-nos um truísmo a justificativa de que a clareza em determinar que língua ou que línguas africanas influenciaram a formação do português afro-brasileiro tenham dificultado o levantamento de trilhas que levassem às características encontradas nessa variedade de língua portuguesa. No entanto, no início de século XXI, estudos sistemáticos procuraram recompor “essas trilhas” por meio de dados históricos, ou melhor, procuraram identificar características do português do Brasil vendo-as por meio das línguas africanas historicamente aqui faladas. Exemplo disso está na revisão feita por Petter e Cunha (2015), na qual são descritas características de línguas africanas que, certamente, entraram em contato com a língua portuguesa no Brasil Colônia. A experiência de Petter (2015) em lidar com lexicologia e, mais precisamente, com africanismos deu ao trabalho uma nova fonte de questionamento, abrindo uma nova senda para elencar fatos de línguas africanas ainda observáveis no português popular e mais precisamente na variedade que assumimos como português afro-brasileiro. A esse respeito alertam-nos as autoras:

A concentração forçada e prolongada de falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, no caso das línguas bantas de Angola, pôde levar, de acordo com Bonvine (2008: 32), à adoção do quimbundo como língua veicular nesses “depósitos”. Essa língua era falada em Luanda e ao longo do Rio Cuanza até sua foz. Outro fato deve ser acrescentado ao contexto linguístico: no mesmo período, também ocorreu com a mesma intensidade o contato com a Língua Portuguesa, falada no interior, primeiramente pelos pombeiros e, em seguida, na costa africana pelos negreiros (transportadores de escravos) brasileiros. O tempo da longa travessia, que se passava nos porões dos navios e que durava aproximadamente 35 dias de Luanda a Recife, 40 até Salvador e dois meses até o Rio de Janeiro. Também deve ser considerado um período em que falantes de línguas diversas negociavam formas de comunicação (PETTER; CUNHA, 2015, p.225-226).

É nesse ponto que a Sociolinguística entra na questão, porque, para analisar os padrões de variação e mudança do pronome clítico SE, no vernáculo da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs, situada na cidade de Bom Jesus da Lapa-BA, faz-se necessário entender que a variação, em termos laboviano, pode explicar estados pretéritos da língua, se são verificados padrões de alteração do vernáculo dos falantes e de suas relações com seu entorno linguístico. A Sociolinguística volta-se, portanto, para a investigação do uso no momento em que a língua faz-se ou realiza-se, não esperando que ciclos fechem para que a descrição seja efetivamente feita, já que as lentas e graduais alterações, mesmo que sejam apenas indiciárias, levam à configuração de quadros linguísticos ou fotografias (usando a metáfora de Tarallo) que podem ser analisadas em tempo de sua realização. Para Labov (2008 [1972]):

Haveria processos de variação em qualquer comunidade de fala. Através da análise estrutural dos processos de variação, é possível conhecer melhor os mecanismos que atuam nos processos de mudança em curso na língua, ainda que a existência de variação linguística não implique necessariamente mudança linguística (LABOV, 2008, [1972]).

Na concepção sociolinguística, a língua é um sistema heterogêneo e variável, mas não se trata de um caos linguístico, permitindo que os processos de variação linguística sejam sistematizados e analisados cientificamente. A partir dessa perspectiva, o detalhamento sobre a variação linguística depende em parte do reconhecimento do papel de fatores extralinguísticos, sociais, os quais auxiliam na explicação dos fenômenos como fenômenos sociais. A origem geográfica, o grau de escolarização, o sexo e a faixa etária seriam alguns desses fatores que poderiam explicar como as línguas são ou que tendências apresentam em seu curso.

Desta forma, tal vertente da Linguística, trata a variação como o seu objeto de estudo, considerando-a como um princípio geral, passiva de estudos científicos. A Sociolinguística

considera a importância social da linguagem, de pequenos grupos sociais aos maiores, pois para ela, se cada grupo apresentasse comportamento linguístico igual, não haveria razão para um estudo sociolinguístico na sociedade. Deste modo, a mudança linguística é fundamental para estes estudos. De acordo a Mollica (2003):

O linguista deve compreender como se caracteriza uma determinada variação de acordo com as propriedades da língua, verificar seu *status* social positivo ou negativo, entender o grau de comprometimento do fenômeno variável no sistema e determinar se as variantes em competição acham-se em processo de mudança, seja no sentido de avanço, seja no recuo da inovação (MOLLICA, 2003).

Devemos ressaltar que o uso ou apagamento do pronome SE não está relacionado a níveis de positividade ou negatividade social, como sói ocorrer com outros fenômenos, haja vista o caso da concordância verbal ou da nominal. Postulamos que as diferenças perceptíveis no uso do pronome SE estão relacionadas um *continuum* que o aproximam ou afastam de padrões verificáveis quer no português culto quer no português popular, demonstrando *nuances* no aparecimento daquela forma. *A ausência do SE, no entanto, revela um dado conflito entre falantes cujos vernáculos possam ou não assumir o apagamento ou a realização; e nesse conflito, haverá sempre a intermediação para “maior” da tradição gramatical, em especial da regência verbal, que considerará a construção em apagamento como destoante da tradição escrita.*

Além disso, segundo a Teoria da variação discutida por Mollica (2003), “a variação linguística constitui fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas variantes”. De acordo a autora, entende-se por variantes as diversas formas alternativas que formam um fenômeno variável, chamado de variável dependente. Para Mollica (2003):

A concordância entre o verbo e o sujeito, por exemplo, é uma variável linguística (ou um fenômeno variável), pois se realiza através de duas variantes, duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes: a marca de concordância no verbo ou a ausência da marca de concordância (MOLLICA, 2003).

A autora considera que uma variável é dependente, de modo que, o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciados por grupos de fatores, de natureza social ou estrutural. As variáveis independentes podem ser de natureza interna ou externa à língua, de modo que, podem exercer pressão sobre os usos, alternando sua frequência de ocorrência. Nesta perspectiva, configura-se uma classificação da natureza dos fatores atuantes na variação, Mollica (2003):

No conjunto de variáveis internas, encontram-se os fatores de natureza fono-morfo-sintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais. [...] No conjunto de variáveis externas à língua, reúnem-se os fatores inerentes ao indivíduo (como etnia e sexo), os propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva) (MOLLICA, 2003).

Além desses fatores, a autora ainda pondera que cabe à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático.

É inegável que as línguas variam no tempo e no espaço. Tais critérios – tempo e espaço – foram assaz utilizados para evidenciar diferenças linguísticas dentro de um mesmo sistema. No entanto, a falta de um aparato teórico-metodológico, fez com que o estudo da variação dentro dos estratos sociais ficasse para uma posterior investida, certamente, resultada da necessidade de derrubar os estereótipos linguísticos advindas da frágil noção de código restrito.

Desta forma, foi necessária uma pesquisa no que tange à língua em seu uso real, cogitando explicações para as variações nos âmbitos socioculturais distinguidos em determinada comunidade, observando a língua não só como um produto social, mas um reflexo dos valores das classes sociais (LABOV, 1972). A partir de então, a língua passou a ser tratada por dois polos: a língua variável em constante instabilidade e a língua considerada produto cultural criado para ser referência de comportamento linguístico considerado conveniente, adequado.

Labov (2008 [1972]) destaca o estudo dos comportamentos sociais sobre as estruturas linguísticas, assim como as diversas situações vividas pelas pessoas dentro da comunidade de fala para observar o modo como a interação social atua na mudança linguística. Neste amparo, a Sociolinguística visa estudar os costumes e atitudes das pessoas no seu âmbito social natural com uso de métodos quantitativos.

Na concepção dos linguistas Cezario e Votre (2008), a Sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Neste viés, a Sociolinguística alude-se diretamente ao estudo da língua de modo que analise os fatores que condicionam o fenômeno da variação e mudança linguística, observando os falantes e a sua comunidade, para estudar as possíveis influências do meio social no comportamento

linguístico dos indivíduos, através de um estudo em tempo real ou em tempo aparente. Cezario e Votre (2008) justificam que para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação.

Ainda nesse conjunto de alterações de ponto de vista, restava discutir como as variedades de língua se constituíram não de uma corrupção de normas postas e registradas nas grandes obras das culturas, mas a língua falada pelo povo e tida como primeira forma de manifestação de sua cultura, de sua identidade.

A subseção seguinte será dedicada a discutirmos nossa visão da sócio-história com a qual lidamos na presente análise.

### **3.2 Linguística sócio-histórica: procurando explicar o português afro-brasileiro**

Discutiremos essa subseção a partir dos estudos de Assis (2019), cujo autor situa a Sócio-história no tempo e no espaço teórico. Assis (2019) faz uma interpretação de Romaine (2009 [1982]). Primeiramente, o autor faz a ressalva que a Sócio-história, não se trata de uma junção entre a Sociolinguística e uma abordagem histórica, é uma forma de destrinchar a Sociolinguística de modo amplo, é compreender que não se dissocia fatos históricos e fatos sociais, ambos são relacionados, assim como, entender que o homem faz parte da história e por consequência, a comunidade (sobretudo de fala) também.

Segundo Assis (2019), a proposta de Romaine (2009 [1982]) é unir os métodos de análise da Sociolinguística Variacionista com os da Linguística Histórica, de modo que se investiguem e analisem as formas em que a variação possa revelar-se em uma comunidade de fala ao longo do tempo, sendo também viável observar como determinadas funções, usos e tipos de variação desenvolvem-se em determinadas línguas, comunidades de fala, grupos sociais e indivíduos.

Romaine (2009 [1982], p.273) dispõe de argumentos que explica que a Teoria Sociolinguística depende de uma avaliação criteriosa de seu *status*. Ela implica com a teoria linguística autônoma, considerando-a equivocada, pois acredita que necessita de um conjunto de fatos mais abrangentes para debater com os problemas encontrados durante as etapas da pesquisa. Para a autora, a teoria sociolinguística não precisa ser empírica para ter prestígio e/ou respeito.

A partir das críticas às teorias sociolinguísticas, de Labov (1972) e Charles-James Bailey (1973) e a integração da Linguística Sócio-histórica nos estudos da variação linguística, Romaine (2009 [1982]) desenvolve um arcabouço metodológico e teórico para o campo da pesquisa linguística sócio-histórica, baseado nos seguintes questionamentos: Qual é o escopo da Sociolinguística? Quais as implicações para a aplicação e relevância da teoria sociolinguística para os estudos históricos? Como investigar a dimensão social ou extralinguística da variação linguística no registro histórico de uma língua? A partir dessas indagações, a linguista propõe uma investigação que sugerem métodos possíveis para averiguar e testar a variação dos marcadores de orações relativas no Escocês Médio (*The relative markers in the Middle Scots*).

Segundo a tradução de Assis (2019), para Romaine, “[...] a sociolinguística desenvolveu -se em parte devido à preocupação dos linguistas em descrever a variação encontrada na língua falada, mas a variação também ocorre na língua escrita, pode-se supor, de uma maneira padronizada, ou não” (ROMAINE, 2009 [1982], p.13)<sup>7</sup>. Ela salienta ainda, que em um determinado estudo, as amostras (da fala ou da escrita) diferem e que ao tange à análise sociolinguística, tais diferenças são mensuráveis, como também há certo padrão nas escolhas realizadas pelo usuário da língua, entretanto, tais escolhas não são absolutamente livres, pois existem fatores que as impulsionam, o que permite a aplicação da metodologia adotada pela sociolinguística.

Ainda tomando como base a tradução de Assis (2019), Romaine (2009 [1982]), em concordância com Dell Hymes (1974), considera que “[...] o objetivo final da Sociolinguística deve ser presidir sua própria liquidação”<sup>8</sup>, ainda que o estudo da função conceitual da linguagem deve incluir a sua função social ou seu uso comunicativo. Seguindo o pensamento da autora, a análise sociolinguística é “ampla base descritiva e funcional dentro da qual o uso da estrutura linguística pode ser investigada”.<sup>9</sup> Para Assis (2019), considerando o que compete à compreensão da linguagem como a comunicação de informações conceituais, conduz a diferenciação social e linguística que forma os dados do trabalho empírico na Sociolinguística permanecer não-interpretável e paradoxal dentro de um quadro tão estreito. Assim, ele reitera que uma análise sociolinguística depende do reconhecimento da diferença

<sup>7</sup> Sociolinguistics developed partly out of the concern of linguistics to describe variation found in the spoken language, but variation also occurs in written language in, one can assume, a patterned rather than a random way.

<sup>8</sup> “The final goal of sociolinguistics, [...] must be to preside over its own liquidation”.

<sup>9</sup> “A broad descriptive and functional base within which the use of linguistic structure can be investigated”.

entre a igualdade representacional e a escolha sociolinguística. Para explicar posicionamento tão afirmativo Assis (2019) cita Romaine ao recorrer a Dell Hymes (1972, p. 276) onde acrescenta que “[...] se um pesquisador analisa a linguagem de uma comunidade como se ela devesse ser homogênea, sua diversidade a empurra para fora de seus limites. Se ele começa por uma análise da diversidade, consegue isolar a homogeneidade que ela realmente encerra”. Para Assis (2019), a competência dos atos de fala está relacionada aos aspectos socioculturais que são interdependentes na condução e interação social dentro de determinada comunidade de fala.

Além disso, Romaine (2009 [1982]) vislumbra demonstrar na sua pesquisa que a competência comunicativa está relacionada aos contextos sociais e interacionais a partir da escolha da análise sociolinguística integrada aos pressupostos da Linguística Sócio histórica. Romaine (2009 [1982], p.246) assume que a linguagem é converso do indivíduo para a comunidade de fala, de modo que agregue um conjunto de fatos que pertencem ao domínio social e cultural.

Neste contexto, notam-se que inovações linguísticas são contumazes, embora a mudança só ocorra se for adotada por todos os falantes do grupo, comunidade. Para tal, Labov explica que o processo de mudança linguística pode ocorrer na sua origem, quando uma mudança está presente nas inúmeras variações referentes ao uso por diversas pessoas. Outra questão importante para o autor é a propagação da mudança, ocorrendo quando adotada por números elevados de falantes, passando a concorrer com a forma mais antiga alcançando uma regularidade pela eliminação das variantes concorrentes. (LABOV, 2008 [1972], p.152).

Como vimos, os espaços teóricos da sociolinguística e da sócio história, embora delineáveis, podem apresentar mais pontos em comum do que de separação, o que nos dá ânimo para conjugá-los e assim podermos fazer uma história mais profunda do fenômeno analisado, no caso a presença *vs* o apagamento do pronome SE.

### **3.3 Contato linguístico: a formação do português afro-brasileiro**

Qual é a origem do português afro-brasileiro? Para responder a essa pergunta foi necessário delinear que variedade do português chamamos de português afro-brasileiro e justificar sua discriminação em relação ao português popular. Historicamente, nossa identidade nacional retratada pelo Romantismo, por exemplo, tentou propagar um mito-fundador que se distanciava de nossa realidade histórica. Esse mito, como pertinazmente,

demonstrou Fiorin e Petter (2015) revela mais uma vez a necessidade de se romper como silenciamento acerca do papel dos africanos na história linguística do Brasil. Ouçamos os autores:

Esse excuro por um mito de origem da nação brasileira, que não tem nenhuma relação com a África nem com os africanos, pretende ilustrar o fato de que a africanidade foi silenciada no Brasil. A identidade do povo brasileiro, desse o início, foi construída com o mecanismo semiótico da mistura. O Brasil é a síntese do Velho e do Novo Mundo, isto é, uma mistura luso-tupi. Nele, conservam-se os valores lusitanos, mas modificados pelos da natureza americana, ou seja, pelos valores tupis. (FIORIN; PETTER, 2015, p. 10).

Os autores referem-se ao final do livro *O Guarani* escrito por José de Alencar. Nele, Peri e Ceci sobrevivem a um massacre e são salvos “milagrosamente” por uma nova “Arca” que os conduzem a novas terras: “A palmeira arrastada pela torrente impetuosa fugia...// E sumiu-se no horizonte”. São as últimas palavras de *O Guarani* que reservou para o final o conúbio entre duas raças, obnubilando a terceira que, não autóctone nem dominadora, não teve lugar na longa narrativa alencariana.

Assim, justificamos a necessidade de discutir em nossa dissertação historicamente a formação do português afro-brasileiro pelo viés do contato linguístico. Defendemos que a formação do português popular do Brasil em sua atual configuração só se deu pela presença maciça de africanos e seus descendentes em nossa sociedade. Para tanto, devemos considerar o processo geral de vinda desses povos para o Brasil.

As expressivas diferenças entre as variedades da língua portuguesa no Brasil e em Portugal impulsionaram linguistas a investigarem as causas da existência de gramáticas distintas: a do português afro-brasileiro e do português não afro-brasileiro. Lucchesi (2009) afirma que, em aspectos importantes da morfossintaxe, o português europeu conserva as características assentes entre as línguas românicas, enquanto o português brasileiro, especialmente na variedade afro-brasileira, exhibe mudanças que afetam esses parâmetros em função de valores não marcados e que são típicas dos processos de crioulização. Vale-se, é bom lembrarmos, que aquele autor se serve da hipótese de Bickerton (1984) a qual supõe a existência de níveis variáveis de crioulização, o que se traduz, sem problemas, na ideia de um *continuum* tanto de crioulização quanto dos efeitos de tais processos observáveis, no caso do Brasil, mais precisamente em comunidades afro-brasileiras.

De acordo com Lucchesi (2009), na virada do século XVIII para o século XIX, o português europeu passou por um profundo processo de mudanças fonológicas, e a partir daí, descortina-se o campo sócio-histórico, no qual emergem, para além do plano da análise

formal da estrutura linguística, indagações acerca das condições sociais que desencadearam tais mudanças no Brasil e em Portugal.

O fator que melhor contextualiza as mudanças que afetaram o português brasileiro é o contato dos colonizadores portugueses com os aloglotas, falantes das línguas indígenas já existentes e das línguas dos africanos trazidos como escravos para o país. Esses africanos trazidos para o Brasil vieram com intuito de mão de obra barata, escrava, devido à resistência dos índios ao trabalho forçado. Com isso, a importação de escravos africanos para o país cresceu de modo, que já no final do século XVI eles ocupavam majoritariamente a base da sociedade colonial brasileira.

Lucchesi (2009) pondera que é possível que os primeiros escravos africanos tenham tido contato com a língua geral (língua franca adotada pelos portugueses para integrar a força do trabalho indígena), mas, com a redução da presença indígena na zona açucareira, os escravos, desde cedo, passaram a ter contato com o português. Deste modo, o autor defende a ideia de que se a língua de comunicação entre os colonizadores e escravos era o português, é possível que, em alguns agrupamentos mais homogêneos, em termos étnicos, os escravos pudessem lançar mão de uma língua franca africana para a comunicação entre eles.

Muitos estudiosos dedicaram-se ao tema do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil, e a partir dos estudos feitos acerca da temática é categórica a afirmação de que o contato africano exerceu um papel bem mais relevante no que se trata do processo de constituição de nossa realidade linguística atual do que o contato indígena. Raimundo (1933) e Mendonça (1933) de forma mais sistemática, levantaram a discussão sobre a influência do contato linguístico no português brasileiro, na qual, em acordo comum, concluíram que a maior parte dos aspectos característicos do nosso português é reflexo da influência das línguas africanas, principalmente do quimbundo e do iorubá.

Para Lucchesi e Baxter (1997), o contato do português com, sobretudo, as línguas africanas foi fundamental no desenvolvimento do português brasileiro, especialmente em suas variedades populares, sobretudo na variedade afro-brasileira. No entanto, aqueles autores não defendem a hipótese da criouliização típica como Guy (1981) propôs<sup>10</sup>. Sem defender a

<sup>10</sup> Segundo Silva (2003): “Gregory Guy (1981) vai assumir a posição de que o português popular do Brasil tem uma origem certamente crioula. Após resumir a situação social do Brasil, reconhecendo que as diferenças linguísticas não são de raça, mas de classe social, Guy (1981 e 1989) começa a refletir sobre a situação histórica dos africanos e seus descendentes, já que “hoje os descendentes daqueles escravos formam uma maioria, e em algumas áreas, uma maioria esmagadora, de falantes do PPB, a ampla população negra ou mulata do Brasil”. Ele reconhece que o português popular do Brasil não é outra língua em relação ao português padrão, como ocorre nos crioulos típicos; falta ao português popular a reestruturação do sistema verbal, no entanto, os sistemas de concordância verbal e nominal não podem ser explicados a não ser pela via da criouliização. A concordância

hipótese da formação de crioulos típicos, defendida por Gregory Guy em 1981, quando o autor levanta a hipótese de que houve, no período colonial, processos de criouliização resultantes do contato com as línguas africanas, os quais redundaram nas marcas típicas da variedade popular do português aqui falado. Para Lucchesi e Baxter (1997), a transmissão linguística irregular ocorrida no Brasil teria sido de um tipo mais leve do que habitualmente ocorre em processos de criouliização típica. Por tanto, o alto número de escravos trazidos para o Brasil durante cerca de três séculos de tráfico negreiro indica um forte impacto dessa população africana na composição da sociedade brasileira; com suas inevitáveis consequências no campo linguístico.

E qual seria a importância das comunidades afro-brasileiras atuais nessa questão? As comunidades rurais afro-brasileiras, em sua maioria, se originaram em antigos quilombos ou por escravos que receberam doações de terra em troca de trabalhos escravagistas. De acordo a Lucchesi e Baxter, (2009):

a nativização do português entre os descendentes dos escravos africanos é determinante na história sociolinguística dessas comunidades. Os escravos vindos da África tiveram de aprender o português como segunda língua em condições bem adversas, no ambiente de trabalho forçado da lavoura ou das minas. Já os que nasciam no Brasil e, em muitos casos, eram filhos de pais que falavam línguas africanas diferentes e mutuamente ininteligíveis, adquiriam o português como língua materna a partir do modelo imperfeito de português falado como segunda língua pelos adultos. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 78)

Para os autores, esse processo denominado transmissão linguística irregular, por ser um modelo imperfeito de segunda língua, possivelmente, originou uma variedade linguística

entre sujeito e verbo no português popular do Brasil é uma regra variável, enquanto no português europeu é categórica. Guy observa que essa situação não possui precedentes na história do português, porém encontra ocorrência semelhante nas línguas crioulas, em que a redução do sistema flexional é uma característica comum a todos os crioulos não só de base portuguesa, mas aos de base francesa e espanhola. Guy crê que os dialetos rurais brasileiros apresentam fortes vestígios desse crioulo e que a urbanização é fato crucial para sua extinção. Com isso, o autor assume não só a criouliização como formadora do português popular, mas a descriouliização como a formadora de um português que se aproxime mais da variante do português urbano. No curso da mudança, fatores sociais seriam os desencadeadores do processo de aquisição, no nosso caso, das marcas de concordância.

É o que podemos ver quando os falantes mais novos da zona rural realizam mais concordâncias do que os falantes mais velhos, mas, mesmo assim, estão distantes do índice de concordância dos falantes cultos urbanos. Ao explicar o processo de descriouliização, Guy argumenta, no caso dos verbos, que a aquisição se daria nos elementos mais salientes, isto é, aqueles em que as diferenças entre singular e plural são mais perceptíveis. Haveria, então, uma tendência psicológica e perceptiva a direcionar a aquisição dos morfemas de flexão verbal. A saliência fônica indicaria o percurso da aquisição dos morfemas de flexão.[...] Por outro lado, Lucchesi (2000, p.38) demonstra que a marcação predominantemente nos determinantes é condicionada por restrições estruturais ou de caráter contingencial, visto que a marcação do plural no primeiro elemento não está necessariamente ligada ao contato entre línguas nem à influência do substrato africano [...] Podemos observar em Guy uma supervalorização do substrato africano na formação do português popular do Brasil. Tal postura tem recebido muitas críticas.” (SILVA, 2003, p. 56)

do português muito diferente do português falado pelos colonizadores portugueses e seus descendentes que posteriormente nasceram no Brasil. Considerando que essas comunidades viviam isoladas no interior do país até aproximadamente metade do século XX, houve um conservadorismo ao qual essa variedade linguística bastante modificada do português foi sendo passada de geração a geração de modo que não sofria maiores alterações, até sofrer significativas influências do português urbano, considerado culto, a partir das últimas décadas do século. Deste modo, essas influências refletem-se nos processos de variação e mudança linguísticas em curso hoje nessas comunidades.

A comunidade quilombola de Rio das Rãs, situada na cidade de Bom Jesus da Lapa-BA é uma das estimadas 724 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, considerada isolada, formada a partir de negros fugidos, que matem até os dias atuais vestígios e traços do contato entre línguas, para essas considerações Silva (2003) afirma que podemos encontrar, em comunidades isoladas, vestígios, traços de crioulos que ali se desenvolveram. As evidências linguísticas da comunidade em questão apontam que devido a influência do contato com outros grupos sociais e da influência dos meios de comunicação, tal grupo pode ter perdido traços de uma variedade de língua em que houve alteração sensível do português.

Diante disso, para Luchessi e Baxter (2009), o pressuposto de que as variedades populares do português brasileiro foram afetadas por mudanças induzidas pelo contato entre línguas em sua formação está na base da proposição de uma variedade *afro* do português brasileiro. Ainda, os autores explicam que,

A diferenciação das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, frente às demais comunidades de fala rurais brasileiras, em termos linguísticos, está consubstanciada na identificação de processos linguísticos presentes nas primeiras e ausentes nas últimas, bem como em uma maior intensidade dos processos de variação nas primeiras em relação às demais. E, dentro de uma concepção dialética da produção do conhecimento, ao tempo em que essas descobertas empíricas possibilitam a identificação dos processos de variação e mudança desencadeados em situações de contato entre línguas, tais evidências empíricas também podem ser tomadas como comprovação da hipótese de que o contato entre línguas foi relevante na conformação dessas variedades linguísticas. (LUCHESSI; BAXTER, 2009, p. 81).

Deste modo, é inegável que esse contato entre as línguas foi de fato um processo relevante no contexto das variedades linguísticas. Ainda, que tais variações e mudanças recorrentes do contato entre línguas em comunidades rurais afro-brasileiras, que se encontram nas demais comunidades rurais brasileiras, que não são etnicamente marcadas, evidenciam que o contato entre línguas afetou o PB em condições históricas bem resolutas. Para tal, o

contexto histórico que formou a identidade das comunidades afro-brasileiras, fez com que as implicações do contato entre línguas, não fossem somente mais intensos na formação da gramática dessas comunidades de fala, como também se conservassem com mais clareza até a atualidade. Em contrapartida, uma comunidade rural composta em maior proporção por colonos mestiços, ou ainda de descendentes de colonos portugueses, seria afetada em menor intensidade pelo contato entre línguas.

Luchessi e Baxter (2009) ponderam que não se pode pensar o português afro-brasileiro como uma realidade linguisticamente homogênea, a diferença entre ele e o que se pode chamar de português rural brasileiro, ou mesmo português popular do interior do país será igualmente variável em função do recorte feito, ou seja, das comunidades em cotejo em cada caso.

No que se trata das comunidades rurais brasileiras sua composição étnica atual implica no processo histórico de que quanto maior a proporção de descendentes de africanos e índios, maior será a probabilidade de a gramática daquela comunidade de fala ter disso comprometida pelo processo de transmissão linguística irregular. Neste sentido, levando em conta o contexto histórico de constituição de todas as comunidades rurais brasileiras, é abstruso conceber alguma que não tenha sofrido alguma variação através do contato entre línguas em maior ou menor grau.

Um ponto importante para se compreender a história sociolinguística do Brasil é a descrição sistemática da gramática das comunidades de fala afro-brasileiras, pois nestas comunidades podem ser observados processos linguísticos de variação e mudança significativos na história linguística do país. E esses processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre os colonizadores portugueses (tanto os nativos do português europeu quanto seus descendentes) com línguas indígenas e africanas, que pode estar à frente de tudo isso que se denomina português brasileiro.

### **3.4 Contribuições do português afro-brasileiro: um divisor de águas**

Na seção anterior, perguntamos qual a importância do estudo do vernáculo, e em termos labovianos, de comunidades afro-brasileiras para delinearmos a história do português popular do Brasil, especialmente do português afro-brasileiro. Nesta subseção, vamos apresentar evidências teórico-empíricas para precisamente trazer luz à questão.

Lucchesi (1994) chamou atenção para a necessidade de se estudarem as duas realidades sociolinguísticas do Brasil, ou, em seus termos as duas vertentes: a norma culta e a norma popular; a primeira consistia daqueles que são herdeiros de uma tradição cujos pais foram submetidos à escolarização formal; a segunda, seria a norma vernácula usada pelos falantes da classe baixa da pirâmide social, também herdeiros de uma situação linguística em que a escola teve pouca ou nenhuma influência, em seu papel normatizador. Assim, o linguista vê a sociedade brasileira linguisticamente bipolarizada.

Desde 2003, Silva defende que para se descrever o português do Brasil é necessário construir a história da norma culta, mas também da norma popular, tão estigmatizada pelo aparato pedagógico das gramáticas normativas escolares e por seus defensores. Mais recentemente em trabalhos orientados por ele, tais como Santos (2018) e Cunha (2009), procurou-se destacar a ideia do *continuum* e de sua fulcral importância sem negar a polarização. Os trabalhos dos dois pesquisadores demonstram que o português popular não é homogêneo e nem deve ser entendido com simples diferença dialetal, opondo rural e urbano, pressupondo-se outros níveis de análise que alterariam uma perspectiva dicotômica. A nosso sentir, a ideia de *continuum*, para além das fronteiras espaciais, demonstra que é possível desvendar múltiplas realidades, reverberando aquilo que Mattos e Silva (2004) chamou de realidade multifacetada. Destarte, não nos basta saber que há diferenças entre essas normas, é preciso descobrir quais as razões históricas das diferenças, já que do ponto de vista da comunicação elas são eficientes no meio em que se atualizam.

Mendonça (2012) afirma que uma língua que se desenvolve em dois territórios separados, frequentemente, se desdobra. Para tal afirmação, o autor usou como exemplo o fenômeno ocorrido com o germânico, que segundo ele, ao penetrar nas Ilhas Britânicas, bifurcou sua evolução, que continuou no continente gerando os dialetos alemães enquanto lá originava o anglo-saxão, língua matriz do inglês. Assim, compara que um fenômeno similar se reproduziu com o português transplantado para o Brasil e o falado em Portugal. A respeito disso, Silva (2003) menciona que inicialmente, os portugueses se esforçaram para aprender a língua dos conquistados, mas aos poucos por força da lei ou da pressão civilizatória foi, paulatinamente, impondo-se o português como a língua mais falada no Brasil. Mas, com a ressalva que no curso de sua transplantação foi modificada pelos usuários, se encorpando no Brasil uma feição diferente da que existia em Portugal.

No que tange os estudos acerca da formação histórica da linguística do país, podemos aferir que as comunidades rurais afro-brasileiras apresentam nos dias atuais um decrescente atavismo de uma realidade linguística do passado marcada pela influência do contato entre

línguas, já que essas comunidades foram assentadas a partir do processo de escravidão, e é essa realidade que a difere das demais comunidades rurais. Nessa perspectiva, as comunidades rurais afro-brasileiras fazem um recorte entre o passado e o presente, no qual podemos observar elementos linguísticos em processo de desaparecimento, mas que ainda hoje apresenta na fala dos mais velhos traços da língua que deu origem ao português popular do Brasil.

Há muitas discussões envolvendo o português falado no Brasil e em Portugal, entre elas as considerações polêmicas em torno da colocação pronominal, como marca de distinção entre os dois falares. Em d'além mar, o filólogo Silveira Bueno (1967) apresenta as características gerais que diferenciam o português do Brasil e o de Portugal, observando que não são inovações, mas formas conservadas do antigo português.

O português de Portugal, ainda que na sua variedade oral, assemelha-se à prescrição da tradição gramatical, de forma que induz preconceitos em relação ao uso popular do PB. Nesse sentido, é corriqueiro o português popular brasileiro ser estigmatizado, recebendo denominações depreciativas de chulo, falar caipira.

O dialeto brasileiro, como quer que tenha sido na sua formação, além da separação do português de Portugal, teve outros fatores distintos, como a contribuição de elementos indígenas e africanos. O indígena nunca adentrou em Portugal, já o africano chegou a ser conhecido por lá, mesmo que de forma cômica nos personagens negros de Gil Vicente. Mendonça (2012) disserta que estes textos mostravam apenas as alterações do português falado pelo negro, como curiosidade, que a associação do vocabulário português com a gramática africana, nunca se constituíram em Portugal. Nas palavras da autora,

É somente na África que se transformaram os dialetos crioulos guineense e cabo-verdiano, os falares das costas da África, além dos dialetos crioulos do golfo da Guiné: das ilhas de S. Tomé, Príncipe e Ano Bom. Estes dialetos negro-portugueses constituem um elemento de comparação indispensável para discriminarmos o papel do negro na fonética brasileira. Justamente aparece aqui um ponto que nunca foi ventilado: a distinção entre o elemento indígena e o africano na formação do dialeto brasileiro. É lastimável mesmo que fenômenos caracteristicamente negros da nossa fonética sejam aproximados do tupi, com menoscabo da verdade histórica (MENDONÇA, 2012, p. 78).

À vista disso, conferiu-se ao índio destaque em relação ao negro na formação da nacionalidade brasileira. A título de exemplo, as obras influenciadas pelo indianismo, de Gonçalves Dias, que faz referência ao índio aventureiro pelas florestas, que por sua vez oferece mais poesia do que o negro que sua no trabalho árduo sob o chicote.

Em contextos históricos, passando pelo século XVII período que se falava a língua geral em São Paulo e Rio Grande do Sul até os dias atuais, discorremos que ainda no século XVIII havia uma proporção das línguas indígenas na colônia, sobretudo, o Tupi. Mendonça (2012) defende que os bandeirantes, exploradores da vastidão do Brasil, propagandistas insuperáveis do tupi, porque lhe marcaram um lugar invejável na toponímia brasileira. O que o autor alega que seria insensato menosprezar uma influência secular, então não se compreende o motivo de exagerar total influência em detrimento de outras.

Nesse viés, a substituição gradual do índio pelo negro se sobressai no século XVII em diante, a ponto de no século XIX o índio haver desaparecido praticamente no cenário do país. É então que atua de maneira segura o fator africano. Por sua vez, o negro acaba por ser uma figura pertinente, na concepção familiar, na vida no campo, na cidade, concomitantemente, tal variação étnica reflete-se no elemento linguístico, no que lhe concerne a língua acompanha a raça na sua evolução, por formarem dois elementos evolução paralela.

Mendonça (2012) chama atenção para o fato de que, como o negro fundiu com o português e do consórcio resultou o mestiço, pareceria lógico que este mestiço falasse um dialeto crioulo. Mas, a lógica difere teoria e prática. Ele ressalta, ainda, que no Brasil, deve ter havido dialetos crioulos em diversos lugares da colônia. Tiveram, porém, existência muito instável e cedo desapareceram. Para melhor contextualizar a sua ressalva, Mendonça (2012) cita o *mina* língua de preto falada na Bahia, até não há muito tempo, pelos africanos e seus descendentes. Sua existência efêmera já cessou.

O africano influenciou sutilmente a nossa língua popular. Em 1933, no livro *O Elemento Afronegro na Língua Portuguesa*, Jacques Raimundo sinaliza algumas mudanças na pronúncia da variedade brasileira do português que teriam sido iniciadas pelos africanos, especialmente os do grupo banto. O contato prolongando das línguas deixou a contribuição para o alongamento das pretônicas e a elocução clara e arrastada, bem como deixou sinais próprios nos dialetos do interior, principalmente. Raimundo nota modificações nos processos mórficos e no arranjo da frase. Segundo autor, os negros que vieram para o Brasil constituíram uma linguagem própria, uma mistura de seus linguajares com o português, que por consequência enriqueceu-se com a contribuição indígena. De acordo a Mendonça (2012), morfologicamente falando, os negros deixaram apenas vestígios o que se explica pela diferença profunda entre as línguas indo-europeias e africanas. Em contrapartida, na linguagem dos caipiras e matutos nota-se vestígios mais relevantes na marcação do plural, a exemplo, aquelas hora, as comida, os caminho, os menino. Jacques Raimundo apresenta a

simplificação na flexão com uma contribuição das línguas africanas ao português popular do Brasil.

É considerável a premissa que a realidade linguística do Brasil é polarizada, constituída do segmento culto e popular, e que esses dois segmentos possuem processos de formação diferentes, por conta é plausível que as mudanças linguísticas por que venham passar possam refletir situações distintas. A respeito do português popular do Brasil, defendemos que surge na base da pirâmide social, constituída em grande parte, por afro-descendentes.

### **3.5 Considerações “gramaticais” acerca do pronome SE e seu emprego:**

Na presente seção, não é nosso intento discutir questões gramaticais já tratadas por outros autores a exemplo do excelente percurso histórico feito por Teixeira (2019). Objetivamos apresentar algumas considerações a respeito do que chamamos princípios gerais que fundamentam os argumentos que “ordenam” o uso ou o apagamento do SE em uma das gramáticas mais frequentes em bancos escolares. A Gramática Normativa de Rocha Lima (1957) está em sua 47ª edição, conservando incólume a despeito de novas concepções o termo “normativo” em seu título.

Filólogo e professor de Português, Rocha Lima escreveu uma gramática que procurava realmente retratar a língua ideal para ser usada pelos brasileiros, mas especialmente a língua oficial do Rio de Janeiro, então capital federal. No entanto, esmerou-se o autor em reproduzir nas páginas de sua gramática abonações dos grandes cultores da língua portuguesa, dando relevo ao uso lusitano, especialmente Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, ambos portugueses, mas sem deixar de trazer Rui Barbosa e Érico Veríssimo.

No que tange ao emprego ou apagamento do pronome SE, Rocha Lima (2009) discute-os na parte da gramática reservada à regência verbal. Para ele, como vemos, o uso do SE deveria estar condicionado à natureza o verbo na composição oracional. No entanto, não são incomuns referências ao contraste em usos contemporâneos e usos não contemporâneos do emprego do SE.

Um dos princípios que, segundo Lima (2009), poderia explicar o emprego do pronome SE está no princípio da antiguidade, ou melhor dizendo, o uso, embora seja visto na fase do português moderno ou contemporâneo, refere-se a usos pretéritos cristalizados na língua e, portanto, empregados por escritores para darem um ar prosaico ao discurso, como costuma ocorrer com o uso de abraçar-se feito por Camilo Castelo Branco:

Ex<sup>1</sup> “Quando melhorou, abraçou-se à menina” (Camilo Castelo Branco)

Ex<sup>2</sup> “Antoninha abraçava-se no tio” (Camilo Castelo Branco)

Ex<sup>3</sup> “Ricardinha abraçou-se... contra o seio da mãe” (Camilo Castelo Branco)

O autor ainda admite que alguns verbos estão consignados por serem arcaicos ou poucos usuais. Assim ele exemplifica: “Como Antônio de Faria era naturalmente curioso, e não lhe faltava também cobiça, se abraçou com o parecer desse chim” (Fernão Mendes Pinto). Neste exemplo, *abraçou-se com* é igual a: conformar-se com acomodar-se a pôr de acordo com, etc., significação já hoje rebuscada.

Devemos acrescentar que o uso do SE também pode estar condicionado à eufonia, quando para dado autor o ouvido deve prevalecer como juiz do uso, como ocorre não na seguinte observação feita por Rocha Lima (1973) em relação ao uso do verbo *casar*:

Tal verbo, poder-se-ia acompanhar do pronome reflexivo: Ele casou cedo, ou, ele se casou cedo. Francisco Fernandes aponta as seguintes construções com o verbo *casar* empregado como "pronominal": Unir-se em casamento, matrimoniar-se. O exemplo é de Camões (séc. XVI): "Do filho que casar-se não queria" Outro exemplo no mesmo sentido vem de Mário Barreto (séc. XX): "Um moço estouvado ...pretendia, há três meses, casar-se com a filha dele". No caso da dupla possibilidade sem alteração de sentido, in casu, casar-se ou casar, Rui Barbosa considera a forma sem o pronome mais "eufônica" (melhor aos ouvidos) (LIMA, 1973, p. 396).

Para Lima (1973), o uso do pronome SE poderia indicar uma oposição entre hábitos linguísticos novos (ou contemporâneos) e hábitos linguísticos do passado (não-contemporâneos). Desse modo, o autor observa que no caso do verbo “esquecer” a língua "contemporânea" o pronome é dispensável, ele não o era na língua não-contemporânea, seria o português antes de Machado de Assis e de Érico Veríssimo, então o português quinhentista, seiscentistas, setecentista não permitiam o verbo sem o pronome no caso das reduzidas.

Como vimos, a tradição gramatical mistura avaliação linguísticas entre forma que ainda vivem na língua por formas que paulatinamente vão assumindo o lugar da vernaculidade; no entanto, não há um delineamento acerca do uso ou do apagamento, o que a tradição aponta é a presença ou não do SE marcando estados diferentes de língua.

Dito isto, vamos partir para a discussão de estudos realizados no âmbito da sociolinguística, dando prioridade àqueles cujo *corpus* possua características semelhantes ao nosso.

### 3.6 O se nas pesquisas linguísticas

Muitos estudiosos, de diversas vertentes teóricas, dedicaram-se aos fenômenos relacionados ao comportamento dos pronomes clíticos no PB (Português do Brasil). Nesta seção, apresentamos o tratamento dado ao pronome clítico SE nas pesquisas empreendidas por Assis (1988), D'Albuquerque (1988), Nunes (1995), Rocha (1999), Souza (2011), e Teixeira (2018). Tais pesquisas trazem contribuições relevantes para o levantamento da frequência de uso/apagamento do pronome clítico em contextos geográficos distintos, bem como as prováveis explicações para a escolha realizada pelos falantes em tais contextos, possibilitando, assim, um diálogo com o nosso estudo.

#### 3.6.1 O pronome reflexivo na zona rural de Januária no alto-médio de São Francisco-MG

Assis (1988) observou o apagamento do pronome reflexivo na fala de moradores da zona rural da microrregião Sanfranciscana de Januária no alto-médio de São Francisco-MG. Segundo a autora, o fato expresso pelo verbo pode ser representado, entre outras, pela forma reflexiva. Caracterizada, por sua vez, como o fato praticado e sofrido pelo sujeito da oração, onde o objeto é a mesma pessoa do sujeito:

(11) Roberto feriu-se.

(12) Eu me vesti.

(13) Nós nos vestimos.

A sua pesquisa apontou que os pronomes oblíquos, marcadores gramaticais do processo de reflexivização, inexistem no dialeto rural (ocorrência 0), e a noção de reflexiva se faz de duas maneiras alternativas: ou o verbo de natureza transitiva é empregado intransitivamente e o contexto situacional passa a ser peça chave na interpretação da correferencialidade entre objeto vazio e o sujeito.

(14) As companhera banhô Ø e saiu.

(15) Eles banha Ø lá no tanque.

(16) Ele envenenô Ø e morreu.

(17) O jeito é a gente conformá Ø

Por sua vez, quando o objeto vem na forma de pronome pessoal reto acompanhado obrigatoriamente do item lexical 'mesmo (a)', o que dá a exata noção semântica de reflexivização:

(18) Ele matô ele memo.

(19) Fia minha já banha ela mama.

(20) A gente que veve sozinha, ai á a gente que consola a gente memo das desgraça.

Assis salienta que essas estruturas linguísticas não-padrão que são consideradas como erro e não como variação da língua podem ocasionar problemas para alunos da classe baixa, popular no que se refere ao processo de aprendizagem. Porém, ela afirma que o apagamento do SE reflexivo na tal comunidade mineira não está associada à classe social ou nível de escolaridade, pois os estudos apontaram que falantes de nível socioeconômico médio e alta escolaridade também apagam o supracitado pronome.

A noção de reflexivização não foi captada, exemplificada por:

Entr.: Dona Maria, o seu marido se barbeia?

M.D.: Nao!...

Entr.: O seu marido, o sô Ze, faz barba?

M.D.: Faiz. Faiz sim, mais num é todos dia não

Entr.: Quem faz a barba dele?

M.D.: As veis ele barbeia lá no Quinca, otras veis é ele memo. SO que agora to dificultoso de comprá material e ai ele vai mais é no Quinca, quando dá de i(r).

### 3.6.2 D' Albuquerque: a perda dos clíticos em um dialeto mineiro

Frequentemente citado em pesquisas cujo foco é realização/apagamento de pronomes clíticos, o estudo de D'Albuquerque (1984) investigou o emprego do clítico SE recíproco e reflexivo no dialeto de Manhuaçu, Minas Gerais e dialeto da zona norte ou subúrbios do Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada a partir de dados provenientes de elicitação de verbos por meio de quarenta gravuras, que levam aos informantes a usarem verbos pronominais reflexivos e recíprocos (MELO, 2005).

A partir do fator interno adotado na pesquisa: verbos essencialmente pronominais, D'Albuquerque conclui que os falantes de Manhuaçu apagam o clítico propositalmente para

evitar o uso do reflexivo. Assim, ela mostra verbos essencialmente pronominal e acidentalmente pronominais, transitivos, reflexivos são usados sem respectivos pronomes:

“ele aproveitou da situação” – “ela machucou na bicicleta”. Ainda, o pronome recíproco é substituído por expressões: “um ao/com/do outro”: “Eles cumprimentaram um ao outro”; Construções nas quais o pronome seria usado foram substituídas por construções equivalentes: “Ela se decepcionou com o resultado” – “Ela ficou decepcionada”; Falantes evitaram o uso do pronome fazendo uso da regência verbal: “Ela se curou da gripe” – “Ela curou a gripe”.

Diante disto, D’Albuquerque observou que para as estruturas com verbos pronominais reflexivos e recíprocos (por meio de gravuras), em Manhuaçu obteve um percentual de presença de 35% e 53%, respectivamente, quanto no Rio 81% e 88%.

Dados os resultados, foi observado pela pesquisadora que o Rio tende empregar mais os pronomes do que Manhuaçu, além disso, o processo de gramaticalização em Minas está mais avançado. No que se refere aos verbos pronominais nas entrevistas, os resultados apontam que a presença dos verbos pronominais reflexivos em Manhuaçu é inferior ao Rio de Janeiro, de forma que seja bastante significativa, 16% e 70%, respectivamente. Os essencialmente reflexivos, 37% e 74%, respectivamente; os acidentalmente reflexivos seguem a mesma perspectiva apontando 10% e 68%. Já os verbos pronominais recíprocos apontam uma mudança, a sua presença em Manhuaçu é de 11% e o Rio de Janeiro 86%.

Diante dos dados, a autora levantou duas hipóteses: uma sintática e outra semântica. Na primeira ela argumenta que se o objeto direto não reflexivo pode ser omitido, o reflexivo também passará a ser omitido. D’Albuquerque esclarece que essa é a primeira generalização que explica a mudança linguística em andamento. A segunda generalização que a autora apresenta, é que se o objeto direto reflexivo em verbos acidentalmente pronominais pode ser omitido, passa a ser omitido também nos essencialmente pronominais, sendo que nos verbos acidentalmente pronominais, a ausência do reflexivo é de ordem sintática e nos verbos essencialmente pronominais é de ordem lexical (MELO, 2005).

O estudo feito por D’Albuquerque (1988) inicia-se com uma discussão que causava inquietude na autora, primeiro pelo fato de os verbos essencialmente pronominais serem denominados dessa forma, por nunca serem conjugados sem os respectivos pronomes, seguido posteriormente pela estranheza dada pela classificação do SE como parte integrante do verbo, visto que, embora não tenha nenhum tipo de aparato científico, quando verificado na realidade linguística mineira, percebia que ele era utilizado diferente. Para a pesquisadora, como poderia uma comunidade linguística que não tem hábito do uso do verbo acompanhado do pronome, afirma por meio das gramáticas tradicionais e livros didáticos que verbos ‘essencialmente pronominais’, como *arrepende-se*, são conceituados dessa forma por nunca

serem conjugados sem os respectivos pronomes, ou que a palavra SE é classificada como parte integrante de alguns verbos? Outro fator que instigou sua pesquisa foi a “represália” por qual ela passou quando mudou-se para o Rio de Janeiro, já que ela não fazia o uso do pronome reflexivo junto ao verbo em algumas construções.

Por fim, a autora afirma que em Minas<sup>11</sup> são raríssimos os casos em que se usam verbos acompanhados de pronome; quando ocorrem, geralmente são em expressões cristalizadas como: “Se cuida, menina!” e “Se vira pra arranjar outro!” (TEIXEIRA, 2018).

### 3.6.3 Nunes (1995): apagamento do clítico SE no português falado em São Paulo/SP

O estudo de Nunes, acerca apagamento do clítico SE no português falado em São Paulo buscou analisar sincrônica e diacronicamente construções exemplificadas com o SE apassivador: Alugam-se casar e SE indeterminador: Aluga-se casas, no dialeto paulistano. Nesta pesquisa, ele extraiu 2.675 ocorrências de quatro *corpora* seguindo a metodologia de coleta, quantificação e análise de dados formulada por Labov (1972).

A fonte dos *corpora* segundo Nunes (1995 apud TEIXEIRA, 2018) são as mesmas utilizadas em Nunes (1990, 1991), e foram assim organizados: (i) o *corpus* diacrônico, compreendendo o período entre 1555 e 1989, foi composto por 2.050 dados provenientes de cartas, diários e documentos, em sua maioria obtidos junto ao acervo de Linguística Histórica da UNICAMP; (ii) o segundo *corpus*, composto a partir de 13 entrevistas extraídas do Banco de dados da PUCSP, perfizeram um total de 470 dados; (iii) o terceiro *corpus*, constituído por 87 dados retirados de 24 entrevistas do Português Europeu; (iv) e o quarto *corpus*, composto de 6.851 dados, obtidos do conjunto de reportagens da revista Veja, compreendendo o período de maio de 1988 a maio de 1989.

A fim de averiguar a presença/ausência do SE nas sentenças nas funções lexicais e sintáticas, considerou-se fatores condicionadores internos: o tipo de verbo, as grades temáticas dos verbos, os processos lexicais que atingem a grade temática dos verbos; e fatores externos: faixa etária, escolaridade, modalidades oral e escrita.

A escolaridade consagrou-se um fator importante no condicionamento da variação no português falado, pois os resultados apontam que, os clíticos anafóricos decrescem à medida que a escolaridade aumenta. O tipo de clítico, o tipo de verbo e a grade temática do verbo influenciaram a supressão dos clíticos anafóricos.

<sup>11</sup> D’Albuquerque (1984) esclarece que toda referência a Minas deve ser entendida como sendo à cidade de Manhuaçu, situada no leste de Minas Gerais, próxima à divisa com o estado do Espírito Santo.

De modo geral, como observado por nós na maioria das pesquisas acerca do clítico SE, tal pesquisa também apontou que a omissão do pronome supracitado é um fenômeno que acompanha a história do PB (Português do Brasil). Como apontado por Nunes, os clíticos vêm sendo omitidos desde o século XVI até o século XX.

### 3.6.4 Rocha (1999): clíticos reflexivos na cidade de Ouro Preto

Rocha (1999) trabalhou com os dialetos do português brasileiro, mais precisamente da cidade de Ouro Pretos/MG, e o português europeu, a fim de confirmar a hipótese de que o dialeto da cidade mineira supracitada também estaria perdendo o clítico, e assim, identificar os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos que poderiam favorecer esse apagamento. Na comparação dos dois dialetos, a pesquisadora procurou identificar se o apagamento do SE reflexivo seria parte do processo de mudança linguística.

Dos condicionadores internos, Rocha selecionou: a presença ou ausência lexical do sujeito na oração; tipos de verbos; pronomes verdadeiramente reflexivos e falsos reflexivos. Para os externos: escolaridade; faixa etária e estilo (formal e informal).

No que se refere à classificação dos clíticos ditos reflexivos, Rocha (1999) faz distinção apenas entre os *verdadeiros reflexivos* e os *falsos reflexivos*. Para identificar e diferenciá-los, a pesquisadora (ROCHA, 1999, p. 51) utiliza alguns testes sintáticos, nos quais procuram saber se: (i) Na sentença o SE pode ser substituído por um NP não-reflexivo; (ii) A sentença admite inversão entre o sujeito e o verbo; (iii) A sentença admite o uso do advérbio *intencionalmente*; (i) A sentença permite o acréscimo de *a si mesmo* (TEIXEIRA, 2018).

Estes testes funcionam de forma que identifique se a sentença pode ou não se tornar agramatical e se o significado do verbo sofre alguma mudança ou não. Dado o teste, se a sentença não sofrer modificação no sentido e permanecer-se gramatical, o clítico SE é considerado *verdadeiro reflexivo*. Vejamos os exemplos<sup>12</sup>:

- i. Verdadeiro reflexivo
- b. A menina se cortou com o vidro quebrado.
- c. A menina cortou **o dedo** com o vidro quebrado.
- d. A menina **cortou-se** com o vidro quebrado.

<sup>12</sup>Exemplos de autoria de Teixeira (2018), a partir dos quais figuram, logo abaixo, as sentenças com a aplicação do teste proposto pela autora.

- d. A menina se cortou com o vidro quebrado **intencionalmente**.
  - e. A menina cortou **a si mesma** com o vidro quebrado
- 
- i. Falso reflexivo
    - a. Ele se preocupa demais.
    - b. Ele preocupa **o pai** demais.
    - c. Ele **preocupa-se** demais.
    - d. Ele se preocupa **intencionalmente**.
    - e. Ele se preocupa demais **a si mesmo**.

Diante desta colocação, percebe-se que classificar o pronome SE é complexo, requer uma dedicação minuciosa às pesquisas que tratem sobre o seu papel linguístico, a julgar pela natureza semântica do verbo e pela gramaticalidade das sentenças.

Considerando os fatores internos e externos, Rocha (1999) verificou que o clítico SE reflexivo foi realizado em 25% das ocorrências e omitido em 75%. Quanto ao clítico analisado em *verdadeiros reflexivos e falsos reflexivos*, ela constatou que o falso reflexivo apresentou frequência de 46% e peso relativo de 0.53; o verdadeiro reflexivo, frequência de 31% e peso relativo de 0.33. O que confirma a hipótese de que os falsos reflexivos apresentariam menos frequência do que os verdadeiros reflexivos.

Quanto aos condicionamentos extralinguísticos, Rocha observou que a escolaridade é o fator que mais influencia na supressão do clítico reflexivo, ela destaca que o 1º grau confirmou o índice mais alto de omissão (0.78), já o 3º grau caracterizou-se pela permanência do pronome (0.25).

Após a análise dos resultados obtidos nesta pesquisa, pudemos perceber quais fatores internos e externos mais contribuem para o apagamento do SE reflexivo e a sua importância para o estudo desse fenômeno, de modo que possibilite a caracterização do português, sobretudo o português brasileiro.

### 3.6.5 Souza (2011): As estruturas reflexivas do português Afro-brasileiro

Souza (2011) na sua dissertação de mestrado intitulada como *As estruturas reflexivas do português Afro-brasileiro* fez um estudo acerca da não-realização do clítico reflexivo na fala vernácula de comunidades rurais afro-brasileiras do interior da Bahia. Afim de explicar o surgimento dessa estratégia de reflexivização estabeleceu-se um *continuum* que, levando em

conta, dentre outras coisas, a proporção de afrodescendentes diretos na comunidade, aponta, em ordem decrescente, o grau de interferência da transmissão linguística irregular para a formação do dialeto local: *Helvécia > Cinzento > Rio de Contas > Sapé*. Os resultados preliminares apontaram para 85% das ocorrências de não-realização dos clíticos reflexivos sobre a sua realização, cabendo, então, uma análise mais acurada dos fatores linguísticos e sociais condicionantes dessa estratégia de reflexivização. Para a análise ele usou uma taxionomia dos clíticos ditos reflexivos em 6 Tabelas, nas quais classificou: os dados referentes à não-realização do clítico reflexivo segundo a tipologia do clítico, a não realização do clítico reflexivo segundo o papel temático do sujeito, a não realização do clítico reflexivo segundo a animacidade do sujeito, a não realização do clítico reflexivo Segundo a concordância do verbo-sujeito, a não realização do clítico reflexivo segundo o sexo do informante, a não realização do clítico reflexivo segundo a estada fora da comunidade e a não realização do clítico reflexivo segundo a comunidade do informante.

Dados os resultados das tabelas, o autor constatou que ainda que a influência do contato entre línguas na formação dos traços mais peculiares do português popular brasileiro não seja um consenso entre os pesquisadores que se debruçam sobre as suas origens, havia no Brasil um contexto sócio-histórico favorável ao desenvolvimento de processos de transmissão linguística irregular, os quais teriam ocorrido com menos intensidade na maior parte do território brasileiro e com mais intensidade apenas algumas poucas comunidades rurais isoladas e marcadas etnicamente, nas quais se observou uma profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial. Desta forma, compreendeu-se que a análise da não-realização do clítico reflexivo no português afro-brasileiro permitiria, então, rastrear a possível influência do contato entre línguas ocorrido no período colonial para o surgimento dessa estratégia de reflexivização presente no português popular brasileiro.

### 3.6.6 Teixeira (2018): o clítico SE no português popular e culto de Vitória da Conquista

No estudo de Teixeira (2018), a pesquisadora objetivou analisar e descrever a variação e funcionamento do clítico SE em estruturas tradicionalmente classificadas como reflexivas do Português Popular e do Culto de Vitória da Conquista – BA. A pesquisa foi influenciada pela hipótese de que as variações semânticas nas funções do SE parecem atuar como indícios de trajetória de mudança, que fazem com que ele caminhe de uma função original de

**pronome reflexivo** a uma categoria de **afixo verbal**, mediante processo de **gramaticalização** (BYBEE *et al*, 1994; HOPPER; TRAUGOTT, 1993).

O estudo discute que as gramáticas de cunho normativo-tradicionais e os manuais de Língua Portuguesa caracterizam o fenômeno da reflexividade, como a “inversão da transitividade da ação verbal”, de modo que a ação expressa que o verbo não passa para outra pessoa, e sim, reflete-se à pessoa do próprio sujeito sendo agente e alvo da ação.

Diante disto, Teixeira (2018) explica que, no quadro pronominal em forma de terceira pessoa funciona, exclusivamente, como pronome reflexivo, de modo que toda vez que tal forma aparece como o complemento de um verbo transitivo será, necessariamente, correferente ao sujeito da oração. Para tal exemplifica:

(21) Naquele dia, Maria se arrumou com esmero (SN<sub>1</sub>+ V + SN<sub>1</sub>).

O que segundo a pesquisadora seria tudo muito simples, caso o esquema [SN<sub>1</sub>+ V + SN<sub>1</sub>] pudesse ser empregado em qualquer construção de Língua Portuguesa que pretendesse expressar reflexividade. Pois a tentativa de generalizar os fenômenos da língua, fracassa, visto que, nessa representação, a classificação deixaria de abarcar outros tantos usos comuns aos nossos vernáculos (Culto e Popular). Ela ilustra as construções elaboradas por si:

- (22) O tio dele se suicidou.
- (23) Eles se abraçaram.
- (24) As folhas se agitam.
- (25) A estrada se estende.
- (26) A menina se pintou toda.
- (27) Dona Alzira se aborrece com facilidade.
- (28) Você tem que se levantar cedo amanhã.

Desta forma, Teixeira 2018 afirma que se tomar como base os postulados das gramáticas tradicionais, poderia dizer que todas elas seguiriam o esquema: [SN<sub>1</sub> + V + SN<sub>1</sub>]; todavia, um olhar verticalizado para esses casos faria suspeitar que a fórmula, em tais contextos, pode não ser aplicada com tanto êxito, uma vez que o fenômeno da reflexividade é muito mais complexo do que sugere a Tradição Gramatical e, longe de ser simplificado através de fórmulas, engloba vários tipos de SE.

Observando-se os exemplos postos, percebemos que classificar o pronome clítico SE não é simples, sobretudo ir de encontro aos postulados da gramática tradicional, pois o fenômeno da reflexividade é complexo e se trata de um operador que transita nos vários níveis

da gramática, o que torna difícil ser simplificado através de fórmulas. Mas, consideramos que toda análise acerca desse fenômeno é de suma importância para compreendê-lo e justificá-lo.

Dentro da perspectiva Sociolinguística Variacionista, nos moldes desenvolvidos por Labov (2008 [1972]), a pesquisa contou com duas questões: (i) o objeto de estudo expressa uma variação que não é aleatória, mas motivada ou controlada por fatores linguísticos e extralinguísticos; o que torna possíveis a análise e a descrição de tal heterogeneidade; (ii) o fenômeno linguístico observado pode ser estudado no cotejo de fatores linguísticos e sociais.

Nesse sentido, foram dadas as variáveis: uma dependente que se trata da relação [presença *vs* apagamento] de SE nas sentenças em que se esperaria o aparecimento do clítico devido a especificações lexicais do próprio verbo, sua classe hospedeira, ou em função de contextos sintáticos favorecedores, conforme Teixeira (2018) explica:

( + ) Presença:

(29) **Eles se vestem de um jeito diferente.** (MMM – PPVC– I – F)

( - ) Apagamento:

(30) Depois que ela Ø formô e tudo, que adquiriu a casa dela, tava pronta pra Ø mudá, aí, ela Ø casô. (JPRB – – PPVC– III – F)

E onze independentes (oito linguísticas e três sociais): Tipos de SE; Classe semântica do verbo; Transitividade do verbo; Função sintática do SE; Colocação do pronome na cláusula; Papel temático do sujeito; *Animacidade* do sujeito; Pessoa do sujeito.

A partir das 617 ocorrências selecionadas, a autora concluiu que os conquistenses preferem o uso do clítico em detrimento do seu apagamento, os números apontam 79,3% de presença do clítico e 20,7% de ausência. Tal resultado, já era esperado por Teixeira, pois segundo a pesquisadora, na relação *presença vs apagamento*, a perspectiva é a do *preenchimento* do pronome, com a escolha da variante *presença* para a aplicação da regra. Em relação ao condicionamento linguístico, o uso do SE mostrou-se sensível ao *tipo de clítico*, cujos pesos relativos favoreceram a ocorrência do fenômeno: *reflexivos* com ,77 de presença, *recíprocos* com ,70, *indeterminadores* com ,46, *inerentes* com ,35 e *ergativos* com ,38; e à *classe semântica do verbo*. Confirmando a hipótese aventada nesta pesquisa de que os clíticos argumentais seriam os que persistem em se manter junto ao verbo. No que se refere ao condicionamento social, constatou-se que os informantes mais escolarizados, apresentam mais o uso do SE com 84,40% em detrimento do apagamento com 36,10% da faixa intermediária.

Tais resultados diferem dos trabalhos dedicados ao estudo do SE realizados por D'Albuquerque (1988), Nunes (1995) e Rocha (1999), apresentados nesta pesquisa, pois ambas apontam pelo apagamento do clítico SE reflexivo.

Na próxima seção nos dedicamos a descrever a Metodologia por nós utilizada, destacando-lhe as etapas de execução, para a investigação dos padrões de variação e mudança no uso do pronome clítico SE na Comunidade de Rio das Rãs.

## 4 MÉTODO

Nesta seção, mostramos a metodologia adotada para a investigação dos padrões de variação e mudança no uso do pronome clítico SE no vernáculo da comunidade quilombola de Rio das Rãs, situada na cidade de Bom Jesus da Lapa-BA. Para esta análise quantitativa<sup>13</sup>, amparamo-nos dos pressupostos teóricos e das ferramentas metodológicas da Sociolinguística Variacionista de orientação laboviana.

De acordo aos estudos de Guy e Zilles (2007), uma análise quantitativa apresenta três fases principais, como: (i) coleta de dados; (ii) redução e apresentação de dados; (iii) interpretação e explicação de dados. Nesta perspectiva, ocupamo-nos aqui das fases (ii) e (iii), uma vez que, a coleta de dados juntamente com a seleção dos informantes, seguida da transcrição e digitação foram realizadas e cedidas pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo – CNPq (Grupo Janus)<sup>14</sup>.

O *corpus* que compõe a pesquisa é constituído por 24 informantes, que foram divididos segundo os critérios *sexo, faixa etária (jovens, adultos e idosos) e com pouca ou nenhuma escolarização*. Metade da entrevista corresponde a informantes do sexo feminino; a outra metade a informantes do sexo masculino. A faixa etária é dividida em: (a) faixa I - de 18 a 40 anos, representando informantes jovens; (b) faixa II - de 41 anos a 60 anos, cujos informantes são adultos; (c) faixa III – acima de 60 anos, contemplando informantes com mais idade, conforme apresentamos no Quadro:

<sup>13</sup> Com Guy e Zilles (2007, p.73), acreditamos que: “A realização de análises quantitativas possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística. A variação linguística, entendida como alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos.” (GUY; ZILLES, 2007, p.73).

<sup>14</sup> O Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo foi cadastrado no Diretório de Grupo de Pesquisa no Brasil/CNPq no ano de 2010, liderado pelo Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva e pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria Viana Sousa, docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que desenvolvem, em nível de graduação e de mestrado, estudos relacionados à variação e à mudança linguísticas, priorizando abordagens que busquem investigar a história social da Língua Portuguesa a fim de explicar os fenômenos da língua em uso.

**Quadro 1 - Informantes segundo o perfil social**

| <b>Informante</b> | <b>Sexo</b> | <b>Idade</b> | <b>Escolarização</b> | <b>Estada fora da comunidade</b> | <b>Profissão</b> |
|-------------------|-------------|--------------|----------------------|----------------------------------|------------------|
| I.A.N.            | Masculino   | 32           | analfabeto           | 3 meses                          | lavrador         |
| M.M.S.F.          | Masculino   | 22           | 2 anos               | 1 mês                            | Lavrador         |
| G.F.S.            | Masculino   | 29           | 4 anos               | 18 meses                         | Lavrador         |
| M.R.B.            | Masculino   | 39           | 5 anos               | 10 meses                         | Lavrador         |
| M.A.X.            | Feminino    | 30           | 2 anos               | 1 ano                            | Lavradora        |
| I.C.S.S.          | Feminino    | 28           | analfabeta           | Viagens rápidas                  | Lavradora        |
| A.F.S.            | Feminino    | 37           | 3 anos               | 10 anos                          | Lavradora        |
| I.R.S.            | Feminino    | 26           | 4 anos               | Viagens rápidas                  | Lavradora        |
| T.F.S.            | Masculino   | 49           | 2 anos               | 6 meses                          | Lavrador         |
| J.B.S.            | Masculino   | 54           | analfabeto           | 2 anos                           | Lavrador         |
| P.S.N.            | Masculino   | 53           | 5 anos               | 18 meses                         | Lavrador         |
| E.J.S.            | Masculino   | 43           | 3 anos               | 5 anos                           | Lavrador         |
| D.A.O.            | Feminino    | 51           | 2 anos               | 8 meses                          | Lavradora        |
| A.N.S.B.          | Feminino    | 45           | 2 anos               | Viagens rápidas                  | Lavradora        |
| J.A.S.            | Feminino    | 45           | 3 anos               | 6 meses                          | Lavradora        |
| I.R.S.            | Feminino    | 53           | 5 anos               | 1 ano                            | Lavradora        |
| A.D.S.            | Masculino   | 66           | 2 anos               | 2 meses                          | Lavrador         |
| A.P.S.            | Masculino   | 86           | analfabeto           | 5 anos                           | Lavrador         |
| E.B.S.            | Masculino   | 65           | 4 anos               | Viagens rápidas                  | Lavrador         |
| J.F.C.            | Masculino   | 65           | 3 anos               | 12 anos                          | Lavrador         |
| A.L.S.            | Feminino    | 65           | 2 anos               | 8 meses                          | Lavradora        |
| V.A.S.            | Feminino    | 70           | analfabeta           | 6 meses                          | Lavradora        |
| F.F.S.            | Feminino    | 65           | 3 anos               | Viagens rápidas                  | Lavradora        |
| L.F.S.S.          | Feminino    | 70           | 3 anos               | Viagens rápidas                  | Lavradora        |

Fonte: Elaborado por Assis (2019).

As entrevistas que compõe o *corpus* foram lidas, selecionadas e utilizadas em nossa amostra. Para que pudéssemos analisar o funcionamento do clítico SE em estruturas tradicionalmente classificadas como reflexivas, bem como a variação entre o emprego e em decorrência disso (a) descrever os condicionantes (linguísticos e extralinguísticos) que contribuem para a realização ou sua consequente omissão no vernáculo do Português Popular

no vernáculo da comunidade quilombola de Rio das Rãs. Para tais fins, apresentamos, o perfil sócio-histórico da fala de tal comunidade, e fizemos algumas considerações acerca dos procedimentos que constituíram a amostra analisada. Posteriormente, apresentamos o envelope de variação, com a *variável dependente* e as *variáveis independentes* por nós controladas.

#### 4.1 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

Para constituir a nossa amostra, lançamos mão do *corpus* cedido por Lécio Assis, mestre em Linguística pela UESB, membro do Grupo Janus, conforme especificado anteriormente. A análise, portanto, é varacionista de natureza quantitativa, amparada dos pressupostos teóricos e das ferramentas metodológicas de orientação laboviana. Ainda nesta pesquisa, à luz dos conceitos adotados aqui, tecemos breves considerações sobre o que, historicamente, se denomina *Português Popular* e *Português Afro-brasileiro*.

Considerando o que Mattos e Silva (2008) discutem, há evidência e consenso em relação ao que se denomina “Português do Brasil”, que por sua vez, remete a uma realidade linguística heterogênea, plural e polarizada, nos termos definidos por Lucchesi (1994,1998), cuja compreensão abrange correntemente o chamado *Português Popular* e o *Português Culto Brasileiros*. O português afro-brasileiro é uma variedade de padrões linguísticos rurais, composta por descendentes de africanos instalados no Brasil, Lucchesi (2009) afirma que o português afro-brasileiro tem uma especificidade no universo mais amplo do português popular rural brasileiro, não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do português popular do Brasil.

A realidade sociolinguística do Brasil é marcada pelo contato linguístico que caracterizou a formação da nação brasileira e, com isso, a língua falada no país, consequentemente advinda do contato com os primeiros colonizadores, tal situação era caracterizada nos termos de Mattos e Silva (2004), “multilinguismo generalizado”, destacando, assim, as influências do contato do português europeu que conviveu com as línguas indígenas e africanas. Destarte, segundo Houaiss (1985) o Português do Brasil nasce com a diversidade que é peculiar à sua formação, a nosso ver, sócio-histórica.

A história do Brasil evidencia que nos primeiros séculos, a maior parte da sua população era composta por indivíduos que não eram europeus e também não nativos da língua portuguesa. Diante do contexto socioeconômico e sociocultural da época, essa maioria

era de indivíduos pertencentes à camada baixa da pirâmide social, que viviam a serviço dos interesses mercantilistas portugueses. Considerando esta condição, essas pessoas, sobretudo os africanos, foram as difusoras da versão modificada da língua portuguesa. Para tal, Mattos e Silva (2004) resume que, no cenário colonial, os “atores” linguísticos principais em concorrência seriam: as línguas gerais indígenas, o português europeu e o que tenho designado de português geral brasileiro, que teria como falantes principais os indígenas remanescentes que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afrodescendentes.

Mattos e Silva (2004), quando discute acerca das raízes do Português do Brasil, considera ser o “português geral brasileiro” o antecedente histórico do *Português Popular Brasileiro* de hoje. A autora explica que a variedade europeia chegou ao Brasil no séc. XVI, e, continuou chegando durante o processo colonial e o pós-colonial, período que se intensificou a vinda dos emigrantes portugueses.

Nesta perspectiva, entende-se por o Português do Brasil popular, a língua daqueles restritos em estratos baixos, em situações precárias de sujeição, como viviam os índios e, sobretudo, os africanos, no período de escravização.

Os negros espalhados pelo Brasil tiveram o mínimo de contato com a cultura europeia, e consequentemente, com a variedade padrão da língua portuguesa. Pois, aprendiam o português como segunda língua a partir da convivência com os colonizadores, restrita aos pouco escolarizados da classe baixa da pirâmide social. Desse modo, eles aprendiam o português precário, sem instrução ou escolas, de modo que servia apenas para a comunicação com os capatazes e escravos de outros grupos. Neste contexto, Teixeira (2018) afirma que,

A caracterização da língua no Brasil está diretamente ligada à classe social de seus falantes e ao consequente acesso ou restrição à informação institucionalizada e à influência da ação coercitiva da escola. A alocação do falante em determinado estrato da sociedade, por seu turno, está relacionada ao contexto sócio-histórico no qual ele se insere (TEIXEIRA, 2018, p. 96).

A partir dessas considerações, findamos aqui essa breve discussão pela configuração histórica do Português do popular e afro-brasileiro, onde em relação ao primeiro, Silva (2005) descreve,

Cremos, portanto, que o falante do português popular do Brasil possua como língua vernácula, nos termos enunciados por Labov (1972), uma variedade de língua que reflete a constituição histórica das classes menos favorecidas do Brasil, perceptível no nível social, econômico e cultural dos utentes da variedade popular tanto no meio rural quanto no meio urbano (SILVA, 2005, p. 10, apud TEIXEIRA, 2018, p. 98).

Referindo-se ao segundo, Lucchesi assevera que,

O português afro-brasileiro guardaria uma especificidade no universo mais amplo do português popular rural brasileiro (ou, mais precisamente, norma popular rural do português brasileiro), não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira) (LUCCHESI, 2009, p.32).

Arrematamos, com Silva (2005) e Lucchesi, (2009) aquilo que nesta subseção já havíamos nos amparado nos demais autores, o que subjazem ao Português Popular Brasileiro e ao Português afro-brasileiro, elementos outros que os identificam e que contribuem para sua caracterização.

Para constituir a nossa amostra, lançamos mão do *corpus* da comunidade quilombola de Rio das Rãs, conforme especificados anteriormente, percorrendo as seguintes etapas:

1. Fizemos a leitura e o levantamento manual<sup>15</sup> das entrevistas, para coletar as ocorrências de SE em função anafórica;
2. Simultaneamente à primeira etapa, coletamos as ocorrências de apagamento do SE em contextos nos quais se espera o uso do clítico;
3. Procedemos a uma divisão dos dados em funções distintas, de acordo com os contextos sintático-semânticos em que ocorreram.

## **4.2 PERFIL SÓCIO-HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE FALA DE RIO DAS RÃS - LOCUS DA PESQUISA**

Nesta seção, apresentamos de forma sucinta a história da Comunidade de Rio das Rãs, de forma que se possa conhecer um pouco do seu contexto sócio-histórico e linguístico e a composição da comunidade de fala cujas amostras embasaram a análise que empreendemos.

A comunidade rural de Rio das Rãs está situada no município de Bom Jesus da Lapa, a cerca de mil quilômetros de Salvador, assentido por Carvalho (1993), está inserida no centro-oeste do médio São Francisco do estado da Bahia, entre os paralelos 13° 41' 50'' e 13° 52' 20'' sul e meridiano 43° 19' 02'' e 43° 34' 52'' WGR na microrregião 134, médio São Francisco. Ilustrado no mapa a seguir:

<sup>15</sup> Partimos para um levantamento manual dos dados, pois atentamo-nos que utilizar a ferramenta *Localizar* do *Microsoft Word*, em que o próprio programa seleciona a forma desejada, apresentaria apenas as ocorrências “visíveis” na constituição da amostra, e tão importantes quanto as ocorrências “visíveis” na constituição da amostra, eram também os contextos de apagamento, cuja seleção automática seria improvável.

### **Figura 1 - Mapa de Bom Jesus da Lapa**

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio\\_das\\_Rãs](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_das_Rãs) Acessado em 04/11/2019.

A Comunidade de Rio das Rãs localiza-se a aproximadamente 70 km do município de Bom Jesus da Lapa – BA, à margem direita do Rio São Francisco, com uma área de mais de 38 mil hectares, que abriga aproximadamente 590 famílias distribuídas nas localidades conhecidas como Brasileira, Capão do Cedro, Exu, Riacho Seco, Mocambo, Pau Preto, Retiro e Rio das Rãs. Segundo Dutra (2007),

A comunidade é um dos afluentes do São Francisco, revitalizado principalmente no período de cheias do Velho Chico, quando recebe um volume maior de águas, formando assim no período das vazantes várias lagoas dentro da área da fazenda Rio das Rãs. Estas cheias têm um significado fundamental para a sobrevivência desses moradores por fertilizar as terras ribeirinhas e possibilitar o cultivo de mandioca, melancia, milho, feijão, manga e hortaliças. Estas condições garantem às famílias do Rio das Rãs desenvolverem cultivos em dois períodos distintos – o cultivo do

lameiro – nas terras férteis do rio, na vazante – e o de sequeiro, durante as chuvas ou invernada como é denominada pelos habitantes da região (DUTRA, 2007, p. 3).

Os negros da comunidade de Rio das Rãs mantinham uma rotina de trabalho tranquila até a década de 70, trabalhavam na roça para manter o sustento da família, mantendo suas tradições e cultura. Mas, segundo Dutra (2007), a partir de 1980, com a implantação da rodovia que liga Bom Jesus da Lapa ao Vele do Iuiú, o interesse de ricos proprietários rurais da região levou a comunidade a um processo de desagregação através da grilagem. Destarte, gerou conflitos pela posse de terra, e consequentemente, ameaças e violência, o que fez os moradores da localidade contarem com o apoio de organizações da sociedade civil, como a Diocese de Bom Jesus da Lapa, a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento Negro Unificado, a CEDITER (Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra) e a FUNDIFRAN (Fundação para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa e de Ibotirama (ASSIS, 2019).

Para Steil (1998), a fazenda Rio das Rãs seria apenas mais um foco localizado de conflito, no quadro de violência que marca as relações sociais no campo brasileiro, se não fosse a visibilidade que esta luta adquiriu com a incorporação de sentidos étnicos que passam a caracterizá-la a partir do início dos anos 90. Steil (1998) discorre:

Acompanhando as notícias que saem na imprensa, podemos observar que efetivamente, de 1977, quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa faz a primeira denúncia de "invasão de terras e violências praticadas no local contra posseiros, pelo fazendeiro Carlos Teixeira" (Jornal da Bahia, 09.05.1977), até 1990, não há qualquer menção à condição de negros da população local. Tanto para os agentes envolvidos, quanto para a mídia, tratava-se apenas de uma questão fundiária, onde se presenciava um litígio sobre uma vasta gleba de terra, As margens do Rio São Francisco, estimada, na época, em torno de 12 mil hectares. (STEIL, 1998, P. 95).

O autor afirma que em todos os noticiários desta época, mesmo na denúncia de trabalho escravo, como alguns jornais noticiaram, está ausente qualquer referência a origem negra da população que vive na fazenda do Rio das Rãs. De acordo a Steil (1998), não se percebe, portanto, qualquer sensibilidade para com a questão étnica, de modo que seus signos não emergem no confronto.

Apenas partir de 1990, segundo Steil (1998), que os sentidos e símbolos étnicos começam a ser incorporados à luta das comunidades do Rio das Rãs. Rompendo-se, assim, um longo silêncio que havia em relação ao fato de tratar-se de uma população constituída na sua totalidade por negros.

Tal feito deu-se a partir de três novos fatores que se agregaram à luta dos posseiros, o primeiro relacionado ao envolvimento mais efetivo das igrejas cristãs e do movimento negro no encaminhamento das reivindicações da comunidade local; o segundo, de caráter mais externo ao ver de Steil (1998), foi apromulgação da Constituição do Brasil, de 1988, que estabelece, no artigo 216, parágrafo 5, que "ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos". E, no artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias, que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos"; o terceiro fator a contribuir foi o fato da imprensa ter consciência da visibilidade e potencialização que a luta adquire ao se transformar num fato nacional, adquirindo maior espaço na imprensa local, tornando-se notícia nos grandes veículos de divulgação do centro do país.

Ainda de acordo a Steil (1998), a caracterização da disputa como uma questão étnica muda as próprias armas de luta, legitimando a dança e a música, que serão incorporadas nas práticas políticas não apenas como expressão da "cultura negra", mas também como uma forma de afirmação de direitos sociais.

A partir de maio de 1993, o movimento organizado em defesa dos remanescentes de quilombos do Rio das Rãs seguiu à Brasília com uma caravana composta por um diversificado espectro de atores sociais, entre eles desde representantes da comunidade até sindicatos rurais, líderes eclesiais, entidades do Movimento Negro, deputados e grupos culturais com a finalidade de reivindicar e pressionar o Governo para que fosse cumprido o Artigo 68, das Disposições Transitórias da Constituição de 1988.

Na visão de Steil (1998), a participação da Caravana nos rituais políticos em Brasília funcionou como um dispositivo que permitiu, aos diversos atores envolvidos neste conflito, reinterpretar e assimilar novos sentidos étnicos forjados através desta mobilização política. Estes novos sentidos deslocam-se cada vez mais de uma estrutura original de significados, onde o negro, enquanto *remanescente de quilombo*, está associado à ideia de resíduo histórico, parte de um passado que é preciso redimir, para um sentido mais positivo e que afirma uma identidade que está constituindo-se no presente. O autor conclui que ao apresentar-se como "remanescente de quilombos", a comunidade do Rio das Rãs assume, no espaço público, o estigma de uma forma positiva, desfazendo significados que se cristalizaram no senso comum, compondo uma visão negativa de quilombo. Steil (1998) infere:

A mobilização política possibilita, portanto, realizar uma inversão de sentidos: o que foi o quilombo na ordem escravocrata, algo que ilegítimava a posse da terra e tornava ilegal qualquer pretensão de direitos, se torna agora a base, respaldada juridicamente pelo Art.68, sobre o qual as comunidades negras rurais vão reivindicar seus direitos e afirmar sua cidadania. (STEIL, 1998, P. 109).

Atualmente, a comunidade é assistida pela agricultura familiar, onde a maioria dos moradores trabalha com atividades rurais e uma parcela menor tem seu pequeno comércio ou trabalham no serviço público. Diversos programas e benefícios sociais do Governo Federal incrementam a economia do lugar, como Bolsa Família, Seguro Defeso destinado a pescadores, aposentadoria e benefícios destinados aos trabalhadores rurais. Os moradores residem em casas de Programas Habitacionais implantados pelo INCRA na época do reconhecimento do território quilombola e também programas mais recentes como Minha Casa, Minha Vida – Habitação Rural (ASSIS, 2019).

#### **4.3 CODIFICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS/TRATAMENTO DOS DADOS**

Como já citado anteriormente, decidimos dar aos dados um tratamento estatístico sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista, nos moldes desenvolvidos por Labov (2008 [1972]). Para isto, ao assumirmos essa metodologia, levantamos duas questões: (i) a variação a qual o nosso objeto de estudo se expressa não é aleatória, mas oriunda ou controlada por fatores linguísticos e extralinguísticos; o que possibilita a análise e a descrição de tal heterogeneidade; (ii) o fenômeno linguístico observado pode ser estudado no cotejo de fatores linguísticos e sociais.

Nesse sentido, a partir das entrevistas já transcritas, levantarmos e codificarmos todas as ocorrências, procedemos à quantificação dos dados, vislumbrando encontrarmos os resultados numéricos que representassem, com a maior precisão possível, a realidade linguística da comunidade de fala analisada. Para isso, nos amparamos no rigor e precisão estatística do pacote de programas *GOLDVARB X* (SANKOF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), ferramenta que, no âmbito da pesquisa sociolinguística, tem sido considerada uma das mais adequadas para equacionar a principal dificuldade da Teoria da Variação: a “[...] impossibilidade de medir diretamente, nos dados de uso real, a influência de uma dada categoria, sem medir simultaneamente o efeito de outras categorias, também obrigatoriamente presentes.” (SCHERRE; NARO, 2003, p. 147, *apud* Teixeira, 2018, p. 144).

Nesse segmento, estruturamos, para o estudo do comportamento do clítico SE na comunidade estudada, as nossas variáveis em uma dependente e oito independentes (quatro

linguísticas e quatro sociais), conforme apresentamos a seguir na seção dedicada ao **Envelope de variação**.

#### 4.4 ENVELOPE DE VARIAÇÃO

A nossa investigação sobre o SE se direcionou em função da presença ou ausência (apagamento) do clítico. Inicialmente objetivou-se conferir quais tipos de SE são mais frequentes na fala dos informantes. Deste modo, estabelecemos uma variável dependente.

Foi necessário que levantássemos algumas variáveis independentes, que correspondem aos grupos de fatores que possivelmente condicionam a variação.

A investigação e análise das influências desses grupos de fatores linguísticos e sociais possibilita que se trace um panorama no que tange o uso e a produtividade do clítico SE na fala dos quilombolas de Rio das Rãs.

##### 4.4.1 Variáveis Dependentes

Nossa variável dependente é a relação [presença *vs* apagamento] de SE nas sentenças em que se esperaria o aparecimento do clítico devido a especificações lexicais do próprio verbo, sua classe hospedeira, ou em função de contextos sintáticos favorecedores, conforme exemplificamos a seguir com dados do nosso *corpus*.

##### (+) Presença:

(21) Brincava lá de **se** esconder no mato (IAN-1-M)

(22) Você nunca que **se** preocupa com as coisa de amanhã (IAN-1-M)

##### ( - ) Apagamento:

(23) Oh Israel, quando minha menina **Ø** casar eu quero o tal coisa. (IAN-1-M)

(24) A gente tem de usar essa água pra **Ø** banhar– (IAN-1-M)

##### 4.4.2 Variáveis Independentes

Almejando identificar os condicionadores linguísticos e extralinguísticos que favorecem o uso de uma variante sobre a outra, controlamos em relação à variável dependente oito variáveis independentes de cunho linguístico e social. Para cada uma detemos uma

hipótese a respeito de seu condicionamento no favorecimento da presença do pronome reflexivo SE.

#### 4.4.2.1 Variáveis Linguísticas

Após alguns olhares iniciais, sobretudo, a primeira rodada das ocorrências no programa específico para análise de regras variáveis – VARBRUL, em sua versão Goldvarb X, percebemos que algumas variáveis pré-estabelecidas, ainda no curso do projeto inicial desta pesquisa, deram *knockouts*, sendo assim, selecionamos como variáveis linguísticas estes quatro grupos de variáveis independentes ou quatro grupos de fatores:

- a) Tipos de SE;
- b) Transitividade do verbo;
- c) Função sintática do SE;
- d) Pessoa do sujeito.

A seguir, detalharemos cada variável apresentando para elas exemplos ilustrativos, retirados do *corpus* de nossa pesquisa, bem a hipótese ou a expectativa que nos motivou a controlá-la.

##### 4.4.2.1.1 Tipos de SE

Para definirmos os fatores deste primeiro grupo baseamo-nos no trabalho de Souza (2017) e Teixeira (2018), em que o primeiro, faz uma análise acerca das estruturas ditas reflexivas no Português Popular dos municípios de Poções, Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana e, a segunda faz a mesma análise no Português Popular e Culto de Vitória da Conquista.

A partir das classificações fornecidas por Nunes (1995) e Matos (2003), Souza (2017) apresenta uma taxionomia a fim de compreender o funcionalismo do clítico SE. Para isto, ele considera: (a) *clíticos reflexivos*, (b) *clíticos recíprocos*, (c) *clíticos ergativos*, (d) *clíticos passivos*, (d) *clíticos inacusativos*, (e) *clíticos oblíquos*, (f) *clíticos inerentes* e *clíticos expletivos*. Nesse segmento, Teixeira (2018) não considerou os clíticos *inacusativos* e os *oblíquos*. De tal taxionomia, apenas consideramos, em nossa pesquisa, os *clíticos reflexivos*, *clíticos recíprocos*, *clíticos passivos*, *clíticos expletivos* e *clíticos inerente*, por não terem

apresentado valores significativos entre os nossos dados e, conseqüentemente, ter dado *knockouts*.

Buscamos verificar na variável em questão qual influência um clítico, diante de uma função específica, exerce na presença ou ausência do item na sentença, em que se esperaria o aparecimento do clítico devido às especificações lexicais do próprio verbo ou em função de contextos sintáticos em que ocorre.

Neste contexto, seguimos a hipótese defendida por Teixeira (2018) em relação à variável explanatória *tipos de SE*, de que **a realização do SE seja favorecida pelos clíticos que possuam maior valor informacional ou que façam parte da valência ou especificação lexical do verbo, e desfavorecida pelos clíticos que, ao contrário, possuam menor valor informacional ou que não façam parte da valência ou especificação lexical do verbo.**

Destarte, embasado na taxionomia, que adotamos e na conjugação dos aspectos envolvidos na realização do clítico SE, estabelecemos um *continuum* de propensão à realização dos clíticos: *SE reflexivo > SE recíproco > SE apassivador > SE expletivo > SE inerente >*.

Vejamos, a seguir, exemplos dos tipos de SE considerados em nossa pesquisa, com dados de nosso *corpus*.

#### **I. Reflexivo**

(25) Aí nós brincava de brincar de **se** esconder. (IAN-1-M)

#### **II. Recíproco**

(26) Se o marido é de fora, **Ø** casa com uma moça daqui. (MMSF-1-M)

#### **III. Apassivador**

(27) Aí agora depois que a pista **Ø** cabou. (MMSF-1-M)

#### **IV. Expletivo**

(28) E foi-**se** embora. (GFS-1-M)

#### **V. Inerente**

(29) Ela **se** queixou de dor de cabeça. (VAS-3-F)

#### 4.4.2.1.2 Transitividade do verbo

A transitividade verbal abordada pelas gramáticas tradicionais (Cf. CUNHA & CINTRA, 1985; CEGALLA, 1990; BECHARA, 1999; entre outros) partem do princípio que a transitividade é uma propriedade específica dos verbos que exigem objetos. Em outras palavras, o verbo depende do objeto para completar o seu sentido. Nesta visão, o verbo transitivo pode ocorrer com um objeto direto ou indireto. Por contraste, os intransitivos, por terem sentido completo, “a ação não vai além do verbo” (CUNHA & CINTRA, 1985: 132).

De acordo a Mattos e Silva (1996), o predicado transitivo exige um argumento realizado pelo SN que funciona sintaticamente como o sujeito da oração, e pode também exigir, um ou mais argumentos expressos por outro sintagma nominal ou um sintagma preposicionado que o complementa. Já o intransitivo, exige unicamente um argumento realizado pelo SN que funciona sintaticamente como o sujeito da frase.

A hipótese por nós aventada é a de que **os verbos intransitivos favorecem o apagamento dos clíticos**. Para tanto quantificamos a ocorrências de verbos do tipo:

##### I. Transitivo

(30) Chegou no Exú lá na casa dum tio meu que Ø chama Andreino (IAN-1-M)

##### II. Intransitivo

(31) Às vez a pessoa Ø casa aqui e sai (MMSF-1-M)

##### III. Copulativo

(32) A casa se torna pequena (MMSF-1-M)

#### 4.4.2.1.3 Função sintática do SE

Formulamos os fatores que compõem o grupo *função sintática do SE* de acordo com as estruturas encontradas no *corpus*. Contudo, levamos em conta o proposto por Teixeira (2018) ao considerar os estudos pautados nos reflexivos (NUNES 1995; CAMACHO 2003; MELLO 2009 entre outros), que de acordo a autora, admitem que a depender do contexto, o clítico tem a função de complemento, seja objeto direto ou indireto. A distinção entre ambos é feita a partir da presença ou ausência de uma preposição, quando ela está presente é chamado de indireto, quando ausente de direto.

Aspiramos avaliar nos nossos dados se há alguma **relação entre o apagamento do clítico anafórico e o fato de ele não exercer função sintática**, como apontado por Teixeira (2018) a partir das palavras de Nunes (1995) ao registrar que, “[...] sob uma perspectiva funcionalista seria esperável que os dados mostrassem maior ocorrência de supressão nos ambientes em que o clítico anafórico não funciona como argumento do verbo.” (NUNES, 1995, p. 213).

Com isto, a partir das estruturas levantadas em nosso *corpus* e considerando a literatura revisitada, controlamos neste grupo as ocorrências de SE nas funções de *objeto direto e objeto indireto*; e aquelas em que o clítico *não exerce função sintática* conforme a seguir:

### I. Objeto direto

(33) aí quando é sete hora as *muié* Ø levantava (IAN-1-M)

### II. Objeto indireto

(34) você nunca que *se* preocupa com as coisa de amanhã (IAN-1-M)

### III. Não exerce função sintática

(35) cês tão namorando pra Ø casar (IAN-1-M)

#### 4.4.2.1.4 Pessoa do Sujeito

Para analisarmos a influência da variável *pessoa do sujeito*, encontrada nas ocorrências do corpus, partimos do princípio hipotetizado por Souza (2011) de que **a marca de pessoa no clítico dito reflexivo esteja mais presente nas orações em que o falante aplique a regra de concordância verbal**. Assim como, a hipótese estabelecida por nós de que a frequência de realização do clítico seria maior entre as instâncias de 1ª e 2ª pessoas representadas respectivamente pelos pronomes *a gente* e *você/vocês* do que nas de 3ª pessoa. Assis Veado (1982) afirma que um dos elementos mais empregados pelos falantes rurais é a forma pronominal 'a gente':

### I. Você

(36) Você podia usar pra cozinhar, pra Ø banhar (ICSS-1-F)

### II. Terceira Pessoa

(37) Apresenta, eles sempre Ø apresenta aqui (MMSF-1-M)

### III. A gente

(38) a gente tem de usar essa água pra Ø banhar (MMSF-1-M)

#### 4.4.2.1.5 Classe semântica do verbo

É relevante controlarmos uma variável que exerce a classe hospedeira do clítico que dedicamos essa pesquisa. Deste modo, elencamos a variável *classe semântica do verbo*, conforme a tipologia de Kemmer (1993) adotada no trabalho de Teixeira (2018).

Kemmer (1993) propôs dez classes semânticas de acordo às estruturas encontradas na sua pesquisa, Teixeira (2018) por sua vez, seguindo Pereira (2007) acrescentou mais duas: *outros atos de fala e passiva e impessoal*; além das classes *verbos de estado/ mudança de estado e sem classificação* e substituiu a classe *passiva e impessoal* por *indeterminação do agente*. No âmbito deste estudo, a partir da especificidade das estruturas encontradas no nosso *corpus* e, sobretudo, os *knockout* apresentados na rodada dos dados, optamos por reconfigurar as tipologias adotadas nos trabalhos supracitados. Destarte, retiramos algumas *classes semânticas* que não estavam em consonância com os dados desta pesquisa e unimos as *classes semânticas*: *Média de cognição*, *Mudança na postura corporal* e *Movimento não translacional*, uma vez que rodadas individualmente, o programa *GoldVarb X* acusou *knockout* para os casos em que não se configurou uma alternativa de variação. Desta forma, consolidamos a nossa variável da seguinte forma:

**Quadro 2 - Classes verbais semanticamente médias**

| Classe semântica                | Definição                                                      | Exemplos                                                                                                                                   |
|---------------------------------|----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Movimento não translacional. | Mudança na configuração do corpo sem mudar a sua localização.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abaixar-se</li> <li>• Esticar-se</li> <li>• Inclinar-se</li> </ul>                                |
| 2. Mudança na postura corporal. | Mudança na configuração do corpo em relação a uma localização. | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajoelhar-se (no altar)</li> <li>• Deitar-se (na cama)</li> <li>• Levantar-se (do sofá)</li> </ul> |
| 3. Movimento translacional      | Movimento através do espaço.                                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproximar-se</li> <li>• Distanciar-se</li> <li>• Mover-se</li> </ul>                              |

|                                   |                                                                                                 |                                                                                                                |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4.Média de emoção <sup>16</sup>   | Processos/estados mentais emotivos                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alegrar-se</li> <li>• Consolar-se</li> <li>• Satisfazer-se</li> </ul> |
| 5.Média de cognição               | Processos/estados mentais cognitivos                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Decidir-se</li> <li>• Esquecer-se</li> <li>• Dar-se</li> </ul>        |
| 6.Eventos naturalmente recíprocos | Ações ou estados em que a relação entre os participantes é normalmente ou necessariamente mútua | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abraçar-se</li> <li>• Casar-se</li> <li>• Cumprimentar-se</li> </ul>  |
| 7.Estado/ mudança de estado       | Engloba basicamente o verbo <i>chamar</i> e os copulativos                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Chamar-se</li> <li>• Tornar-se</li> <li>• Transformar-se</li> </ul>   |

Fonte: KEMMER (1993); PEREIRA (2007); TEIXEIRA (2018), adaptado.

Em consenso com os estudos de Pereira (2007) e Teixeira (2018), defendemos que muitos dos verbos inclusos na classe dos médios são reflexivos. Para tal, justificamos que as *classes semânticas: movimento não translacional, mudança na postura corporal e movimento translacional*, tratam-se de ações executadas por um agente em si mesmo, no seu próprio corpo (paciente). De modo que, apropinqua-se do tipo *reflexivo*, já que implica em ser ativo e passivo concomitantemente.

As classes: *Média de emoção* e *Média de cognição* reproduzem-se em verbos psicológicos, que propõem situações abstratas, nas quais o sujeito sintático desempenha o papel de Experienciador. Na primeira não há controle por parte do sujeito experienciador, além de ocorrer no emprego dos clíticos *inerentes*, *apassivadores* e dos *ergativos*. Já na segunda, não há essa exceção e podem favorecer o emprego dos *reflexivos* e *recíprocos*.

Os eventos naturalmente recíprocos consideram as ações que são essencialmente mútuas, elencadas no emprego do SE *recíproco*.

A classe descrita em *Estado/ mudança de estado* de acordo à tipologia de Teixeira (2018) e as estruturas encontradas no nosso *corpus*, refere-se ao verbo *chamar* e os copulativos. Tal classe apresentou número significativo nas ocorrências, motivo ao qual nos motivou a investigá-la.

Feita a sucinta descrição das classes semânticas dos verbos, exemplificamos cada tipo a partir dos dados do nosso *corpus*. Contudo, antes, em consonância com Teixeira a partir dos estudos de Kemmer (1993), assumimos a hipótese de que, se uma língua dispõe de variação

<sup>16</sup>Linguistas e gramáticos da língua portuguesa, como Said Ali (1966) citam verbos com tais características. Said Ali (1966) considera que em *aborrecer-se*, *excitar-se*, *arrepender-se*, *admirar-se*, não há uma ação reflexiva na qual o sujeito age sobre si mesmo. Considerando, que o se expressa é um ato de emoção, sentimento.

entre duas formas pronominais (pronomine explícito x zero), a forma fonologicamente mais pesada e independente será utilizada nos contextos de reflexividade e reciprocidade propriamente ditas, enquanto a forma fonologicamente mais leve (ou zero) tenderá a ser favorecida nas estruturas médias. Neste sentido, concordamos com a presunção de que os contextos de reflexividade e de reciprocidade são mais favorecedores da presença do clítico, ao passo que os contextos de medialidade são mais propensos ao apagamento. Vejamos a ilustração das classes semânticas descritas no quadro (2) com exemplos extraídos do nosso *corpus*.

#### **I. Movimento não translacional:**

(39) a muié Ø sentava com aquela barrigona nos dia de ganhar, né? (MAX – 1 – F)

#### **II. Mudança na postura corporal:**

(40) quando a gente Ø deitava e *drumicia* os pé (GFS – 1 – M)

#### **III. Movimento translacional:**

(41) a gente tinha que Ø mudar pra cá pro lugar mais alto (MRB – 1 – M)

#### **IV. Média de emoção:**

(42) e muitos daqueles que Ø interessou, que mesmo assim com essas regra (ININT) mesmo que tinha, e aprendeu, tá entendeno? (GFS – 1 – M)

#### **V. Média de cognição:**

(43) porque quando a gente sai pequeno criança a gente se esquece de muitas coisa, né? (ASF – 1 – F)

#### **VI. Eventos naturalmente recíprocos:**

(44) Ai só conhecia os *zanzôto*, naquele tempo depois que Ø casava. (IAN – 1 – M)

#### **VII. Verbos de estado/mudança de estado:**

(45) aquela mulher que pegava aquele menino Ø chamava, mãe de “*pegação*” (IAN – 1 – M)

(46) aquela coisa, não tinha antigamente que Ø chamava com nome de *de coada* (IAN – 1 – M)

#### 4.4.2.2 Variáveis Sociais

A comunidade que compõe o *corpus* desta pesquisa é oriunda de escravos (fugitivos ou escravos livres) que se mantiveram em isolamento no sec. XX, por isso apresenta uma realidade sócio-histórica favorável à ocorrência de processos de gramaticalização.

Souza (2011) afirma que a mudança gramatical ocorrida na estrutura da língua alvo (o português), durante a formação desses dialetos, não seria caracterizada pela gramaticalização de um item original para desempenhar a função de partícula reflexivizadora, mas pela manutenção da partícula gramatical da língua dominante, ocorrendo, porém, o seu apagamento nos contextos em que o valor informacional dessa partícula tenha se perdido.

Na perspectiva Sociolinguística Varacionista que nossa pesquisa ampara-se, assumimos a natureza heterogênea da língua, que comporta a variação e a mudança. Para tal, o detalhamento sobre a variação linguística depende em parte do reconhecimento do papel de fatores extralinguísticos, sociais, os quais auxiliam na explicação dos fenômenos como fenômenos sociais. A origem geográfica, o grau de escolarização, o sexo e a faixa etária seriam alguns desses fatores que poderiam explicar como as línguas são. Para Labov:

Haveria processos de variação em qualquer comunidade de fala. Através da análise estrutural dos processos de variação, é possível conhecer melhor os mecanismos que atuam nos processos de mudança em curso na língua, ainda que a existência de variação linguística não implique necessariamente mudança linguística (LABOV, 2008 [1972]).

Partindo desse pressuposto, ressaltamos a importância de se considerarem, nas pesquisas linguísticas, os fatores sociais condicionadores das mudanças que ocorrem na língua.

Neste trabalho, faremos uso das variáveis: **sexo, faixa etária, escolaridade e estada na comunidade**. Justificamos o controle de tais variáveis a partir do amparo defendido por Silva (2005) quando ele enfatiza que “[...] A utilização de fatores não-linguísticos ou extralinguísticos para analisar a variação linguística e tendências de mudança é um dos pontos basilares da Sociolinguística”. (SILVA, 2005 p 168, apud Teixeira 2018).

O controle desses fatores, possivelmente, nos dará indicativos que possam contribuir para explicar as prováveis mudanças na língua no que tange ao clítico SE reflexivo. Passaremos a delinear nas subseções a seguir as nossas variáveis sociais.

#### 4.4.2.2.1 Sexo

Ao considerarmos o fator *sexo* vislumbramos responder ao questionamento que nos fizemos ainda no início deste projeto: por que homens e mulheres têm padrões de comportamento linguístico diferente e o que isso implica na variação linguística do nosso fenômeno? A partir dessa indagação, levantamos a hipótese de que **as mulheres tendem a serem mais refratárias ao uso da língua**, de acordo a Monteiro (1994), muitos sociolinguístas sinalizam que as mulheres tendem a se expressar em maior conformidade ao que se costuma chamar ‘modo correto’ de usar a língua; outros indicam uma participação ativa das mulheres em relação aos fenômenos de mudança. Para Paiva (2010) as mulheres têm comportamento ligado às variedades consideradas de prestígio – as de maior valor e de aceitação social, o que apontaria para um traço aparentemente conservador. Nesta inquietude, pretendemos verificar se a hipótese por nós aventada, de que as mulheres sejam mais tendentes a seguirem a norma de prestígio e realizem mais pronome SE em relação aos homens comprova-se nesta comunidade.

#### 4.4.2.2.2 Faixa Etária

O fator social *faixa etária* é considerado relevante dentro das pesquisas sociolinguísticas, já que estudos evidenciam que é um elemento extralinguístico, que sinaliza indícios da mudança e variação linguística dentro de comunidades de fala, ocorridos de maneira gradativamente lenta. Segundo Labov (1972) e Tarallo (2007[1985]), à medida que os dados coletados sinalizam a mudança em tempo aparente, na análise da aplicação da regra variável por falantes de diferentes idades em um determinado momento no tempo, essa situação evidenciará uma mudança em progresso.

À luz desta sinalização, espera-se que os mais velhos tendem a serem mais conservadores na fala, para Tarallo (2007[1985]), os falantes mais velhos preservam as formas mais conservadoras e os mais jovens fazem uso da variante mais inovadora. Na perspectiva de Tavares (2003), o esperado é que a recorrência das variantes inovadoras cresça à medida que diminua a idade dos informantes.

À vista disso, alvitramo-nos a controlar os dados a partir de estratificações etárias mediante a variável *faixa etária*.

Em nossa pesquisa controlamos os três fatores predefinidos por nós como constituintes dessa variável social:

*Faixa I:* de 18 a 40 anos;

*Faixa II:* de 41 anos a 60 anos;

*Faixa III:* acima de 60 anos

Considerando as faixas etárias acima, especificadas, seguiremos o proposto por Teixeira (2018), de modo que buscaremos **atestar se o fator de variação entre os mais jovens é um indício de mudança em tempo aparente** nos moldes de Labov (2008 [1972]), postulando que o apagamento seja um traço característico do Português do Brasil, mas que a tendência para maior ou menor emprego pode ser elucidado pela realidade de cada comunidade analisada.

#### 4.4.2.2.3 *Escolaridade*

A escolarização é uma variável social bastante significativa na variação da comunidade de fala, pois está associada, integralmente, à competência ou não da língua prestígio, a língua padrão.

O falante que vai à escola, ainda que seja por pouco tempo, tende a empregar o pronome com maior frequência, do que o sem nenhuma escolaridade. Portanto, **espera-se que quanto mais o falante tem acesso à escolarização, mais ele usará as formas que possuem apreciação social mais prestigiado, neste conceito, ele tenderá a usar mais o clítico SE reflexivo**. Segundo Votre (2010, p.51), a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas que as frequentam e das comunidades discursivas. Os anos de escolarização influenciam o repertório linguístico e preservam as formas de prestígio, face a tendências de mudança em curso nas comunidades de fala (apud ASSIS, 2019).

Como tratamos do português, sobretudo rural, devemos ressaltar de acordo a Souza (2011) que os falantes de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas têm, em geral, pouco ou nenhum acesso à escolarização, sendo que muitos dos considerados escolarizados são capazes apenas de assinar o próprio nome. Deste modo, consideramos dois fatores: escolarizados e pouco escolarizados.

#### 4.4.2.2.4 *Estada fora da comunidade*

A variável *estada fora da comunidade* possibilita medir o nível de contato que os falantes tiveram com os padrões linguísticos e culturais externos à comunidade, seja em busca

de trabalho nas outras qualidades que possivelmente têm mais desenvolvimento e, por conseguinte mais emprego, como é o caso dos indivíduos que compõem o *corpus* deste trabalho, ou por outras razões.

A análise desta variável será feita através da seguinte subdivisão: os falantes que não saíram da comunidade e os que se ausentaram dela por mais de seis meses. A hipótese aventada por Souza (2011) e assumida neste trabalho, é que **os falantes que saíram da comunidade por mais de 6 meses tendem à realização do clítico dito reflexivo**, uma vez que essa estada fora permitiu maior acesso aos padrões linguísticos e culturais externos, influenciando no uso de estruturas linguísticas oriundas dos centros urbanos. Assim como, a que os falantes que não se ausentaram da comunidade tendem à não-realização do clítico dito reflexivo, já que essa permanência na localidade permite a preservação dos usos linguísticos mais primitivos e, conseqüentemente, mais marcados pelos processos pretéritos de transmissão linguística irregular que formaram a gramática dessas comunidades de fala.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na seção anterior, listamos as variáveis linguísticas e extralinguísticas, apresentando as hipóteses, assim como exemplos para cada um dos fatores utilizados no controle daquelas variáveis, com o objetivo de identificar a variação no que se refere ao clítico SE, observando sua realização, já que, por contraste, podemos ver seu apagamento.

A seguir, apresentamos as características que definem o nosso objeto de estudo, assim como o amparo teórico que nos serve de base para interpretar as análises e os procedimentos metodológicos que utilizamos para tal. Nesta perspectiva, veremos o que os dados nos revelam, de modo que possamos confrontá-los com outros estudos que dialogam com esse trabalho, como já citamos anteriormente.

Aqui, apresentamos os resultados originados a partir das rodadas feitas com o suporte do programa *GoldVarb X*, o programa em questão é apto a realizar análises precisas acerca da variação, que no nosso caso, consiste na [realização vs apagamento] do pronome clítico SE em estruturas tradicionalmente consideradas reflexivas, presentes em uma amostragem de fala da comunidade quilombola de Rios das Rãs –BA.

### 5.1 RODADA GERAL

Nas 24 entrevistas presentes no nosso *corpus*, foram encontradas 184 ocorrências de situações linguísticas nas quais o pronome clítico SE pudesse ocorrer. Diante da variável dependente – presença [realização] vs a ausência [apagamento] do SE –, submetemos o total de dados a uma rodada inicial. De antemão, sabíamos que o Programa acusaria *knockout* para os casos em que o clítico SE não aparecesse em um percentual relevante na amostra, pois para apresentar a variação é necessário que o percentual seja superior a 5% e inferior a 95%.

Isto posto, o arquivo gerado pelo *GoldVarb X* apresentou as seguintes ocorrências de *knockout*: (i) *tipos de SE*, o fator *inerente* e (ii) *classe semântica do verbo*. A partir disso, eliminamos as ocorrências de *knockout*, e submetemos os dados a outra rodada.

Seguindo a nossa análise, apresentaremos nas subseções à frente, os resultados obtidos das variáveis, linguísticas e extralinguísticas – respectivamente, nessa ordem, segundo a seleção feita pelo Programa:

- (a) Tipos de SE; Pessoa do sujeito;
- (b) Sexo;
- (c) Estada fora da comunidade.

Como vimos, foram selecionadas duas variáveis linguísticas e duas extralinguísticas as quais serão discutidas apresentando os pesos relativos ou a frequência.

Para aquelas variáveis ou grupos de fatores não selecionados, apenas apresentaremos os dados percentuais também em comparação e contraste com os estudos realizados por outros pesquisadores cujos *corpora* assemelham-se ao nosso.

## 5.2 RESULTADOS OBTIDOS DO CORPUS OBSERVADO EM RELAÇÃO À VARIÁVEL DEPENDENTE

Partindo do princípio que o uso do SE na comunidade quilombola de Rio das Rãs pode ser oriundo da existência de duas gramáticas, uma com características mais próximas de períodos anteriores e relacionada aos contatos linguísticos e outra que se aproximaria do português popular, não afro-brasileiro, fez-se necessário descrever quais fatores linguísticos e sociais interferem neste processo. Dessa forma, é imprescindível apresentarmos os resultados a partir da perspectiva da *presença [realização]*, definida como a aplicação da regra variável:

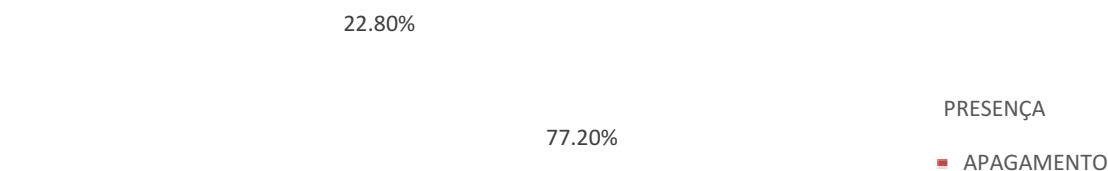
**Tabela 1 - Presença [realização] e a ausência [apagamento] do pronome SE**

| <b>Emprego do Clítico</b> | <b><u>Ocorrências/Total</u></b> | <b>%</b>            |
|---------------------------|---------------------------------|---------------------|
| Realização                | 42/184                          | 22,8%               |
| <b><u>Apagamento</u></b>  | <b><u>142/184</u></b>           | <b><u>77,2%</u></b> |

Fonte: a autora

A visualização da **Tabela 1** permite traçar um panorama geral da distribuição dos dados no *corpus*. Das 184 ocorrências selecionadas, em 142 o pronome foi apagado, enquanto em 42 apresentaram o pronome junto ao verbo, o que equivale a 77,2% de ausência contra 22,8% de presença do pronome. Um resultado já esperado, visto que, no português afro-brasileiro a relação *presença vs apagamento*, revela a existência de duas gramáticas, uma com fortes traços oriundos do contato linguístico e outra com traços que se aproximariam da língua não etnicamente marcada. A tese do *apagamento* do pronome coaduna com a visão de Lucchesi e Souza (2018), já que ambos consideram que o uso dos pronomes reflexivos teria sido muito reduzido pelo processo de transmissão linguística irregular que marca a formação histórica dessas comunidades afro-brasileiras. Vejamos o gráfico:

**Gráfico 1 - Presença [realização] e a ausência [apagamento] do pronome SE em amostras do corpus da Comunidade do Rio das Rãs (percentuais)**



Fonte: A autora.

É significativo o número de trabalhos dedicados ao estudo do SE, que apontam uma tendência geral para o apagamento do clítico. D’Albuquerque (1988), Nunes (1995) e Rocha (1999), Souza (2011) são exemplos de nomes dentro da linguística que chegaram a tal resultado.

Rocha (1999) verificou que na cidade de Ouro Preto o clítico SE reflexivo foi realizado em 25% das ocorrências e omitido em 75%; resultado que se assemelha ao nosso, assim como, o de Souza (2011) realizado nas comunidades rurais afro-brasileiras do interior da Bahia, cujo resultado apontou para 85% das ocorrências de não-realização dos clíticos reflexivos sobre a sua realização. Mas, se temos por um lado estudos de dialetos que amparam tal posição, temos por outro, estudos que sinalizam o inverso, conforme apontam os estudos de Teixeira (2018), que a partir das ocorrências levantadas e analisadas concluiu que os falantes de Vitória da Conquista preferem o uso do clítico em detrimento do seu apagamento, os números apontam 79,3% de presença do clítico e 20,7% de ausência. Assim como o de Teixeira (2018), os estudos de Freitag (2003), em Florianópolis e Mello (2009), em João Pessoa sustentam também o uso do clítico em contextos diversos.

É preciso esclarecer que a cidade de Ouro Preto, graças à corrida do ouro no século XVIII, tem sua história marcada pela convivência de diversos povos. Sobre essa questão assim nos informa o jesuíta André João Antonil, em seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*:

A SEDE INSACIÁVEL DO OURO estimulou a tantos deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que

assistiram nela nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas a catar, e outras a mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras a negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.<sup>17</sup>

Isto posto, a configuração sócio-histórica da cidade de Ouro Preto é *sui generis* o que se prova pela convivência de grupos sociais de origens diversas e línguas diferentes em um mesmo espaço. Tal situação daria, certamente, ensejo à formação de uma variedade de língua em que o apagamento do SE seria marca de certa simplificação necessária para a comunicação imediata.

Aprofundando na discussão, vislumbrando entendermos o processo de variação no uso do pronome clítico SE e sua variante nula no *corpus*, expomos os resultados das análises a partir das variáveis linguísticas selecionadas pelo *GoldvarbX*.

### 5.3 RESULTADO DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Seguindo o que já anunciamos na subseção anterior, as variáveis linguísticas selecionadas pelo programa *GoldVarb X* foram as seguintes: i) **tipos de SE** e ii) **pessoa do sujeito**. Debateremos os resultados estatísticos, separando os fatores grupo a grupo. Para uma melhor visualização, apresentaremos nas seções a seguir, tabelas de distribuição dos dados, nas quais, ao lado de cada fator, informamos o total de sua aplicação e o total geral das ocorrências, bem como a frequência e os pesos relativos calculados pelo pacote de programas do GOLDFARB. Vejamos, pois, o que os números nos mostram.

#### 5.3.1 Tipos de SE

Por ordem, o fator **tipos de SE** foi a primeira variável linguística selecionada. Ao tratá-los, adotamos neste trabalho, a taxionomia utilizada por Souza (2011), pois, assim como o referido autor, desejamos compreender acerca das estratégias de reflexivização utilizadas pelo falante, a fim de definir com precisão, quais os tipos de clíticos que favorecem a realização e quais os que a desfavorecem.

A hipótese aventada por Souza (2011), posteriormente assumida por nós, era a de que os clíticos ditos reflexivos, por possuírem valor informacional, favoreceriam a realização, enquanto os que não possuísem valor informacional a desfavoreceriam. Partindo desse pressuposto, os clíticos utilizados nas estruturas consideradas reflexivas foram agrupados pelo seu valor informacional, conforme demonstra o *continuum* a seguir.

**Quadro 3 - Aspectos gerais do pronome SE (reconfiguração)**

| + informacional | +/- informacional | - informacional |
|-----------------|-------------------|-----------------|
| Reflexivo       | Passivo           | Expletivo       |
| Recíproco       |                   | Inerente        |

Fonte: adaptado por Souza (2011)

Para tal, unimos os clíticos que têm a mesma carga informacional ou estruturas semelhantes.

Uma vez realizado este processo de separação, analisamos agora, os dados que constam da **Tabela 2**, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta a tipologia do clítico utilizado.

**Tabela 2 - Realização da regra com relação à variável Tipos de SE**

| <b>Tipos de SE</b> | <b>Realização/Total</b> | <b>%</b> | <b>PR.</b>  |
|--------------------|-------------------------|----------|-------------|
| Reflexivo          | 14/38                   | 36,8%    | , <b>57</b> |
| Recíproco          | 7/41                    | 17,1%    | , <b>32</b> |
| Inerente           | 6/7                     | 71,4%    | , <b>85</b> |
| Expletivo          | 2/8                     | 25%      | , <b>75</b> |
| Passivo            | 4/7                     | 57,1%    | , <b>52</b> |
| Total de Aplicação | 32/101                  |          |             |

Fonte: A autora.

Os dados estão assim representados em pesos relativos, em função da variável **tipos do SE**: *reflexivos* com ,**57**de presença, *recíprocos* com ,**32** de presença, *inerentes* com ,**85**, *expletivo* ,**75** com e *passivo* ,**52**. A medida considerada como *ponto neutro* é um peso de ,**50**, assim, todos os pesos acima de ,**50** favorecem a ocorrência do fenômeno e todos os pesos abaixo desse valor inibem a aplicação. O que, de início, não confirma a nossa hipótese de que os clíticos argumentais seriam os que persistem em se manter junto ao verbo.

Ao controlar essa variável, vislumbramos que de forma que a realização do SE, envolve aspectos semânticos e aspectos léxico-formais, tal realização seria favorecida pelos clíticos que possuísem mais valor informacional que fizessem parte da especificação lexical do verbo, nesse segmento, seria desfavorecida pelos clíticos que possuísem menos valor informacional ou que não fizessem parte da especificação lexical do verbo.

Dada essas duas características, segundo Teixeira (2018), os clíticos utilizados nas estruturas em que se espera a presença da forma obedeceriam a seguinte hierarquia de realização: *SE reflexivo* > *SE recíproco* > *SE inerente* > *SE indeterminador* > *SE ergativo* > *SE apassivador* > *SE expletivo*.

Durante a rodada, dois tipos de SE foram retirados por nós, por acusarem *knockout*: o *SE indeterminador* e o *SE ergativo*. Tendo em vista esse *continuum hierárquico* e com base nos dados apresentados na tabela acima, a hipótese aventada e confirmada por Souza (2011), de que a utilização dos clíticos reflexivos e recíprocos constitui um contexto favorável à realização do clítico foi confirmada nesta pesquisa apenas para o clítico reflexivo com peso relativo, **57**. Como podemos observar nos exemplos retirados do *corpus* analisado, considerando que tais clíticos são os que possuem mais valor informacional.

(47)

- a. brincava lá de **se** esconder no mato (IAN – 1 – M)
- b. aí ela **Ø** casou com um cara de fora (GFS – 1 – M)
- c. outro já vai **Ø** formar agora esse ano (DAO – 2 – F)

Percebe-se nitidamente, por meio dos exemplos em (47) que o clítico *reflexivo* confirma nessa pesquisa a hipótese que se esperava, de os que mais possuem valor informacional, são também os que apresentam maior peso relativo, representado em ,57. Já o recíproco contraria a mesma hipótese, já que o peso relativo, 32 aponta que inibe a tendência de realização do clítico que mais possui valor informacional.

De acordo ao ponderado por Teixeira (2018), tais clíticos são essenciais à estrutura da qual fazem parte e, portanto, sua supressão acarretaria prejuízo ao sentido do enunciado.

O estudo de Teixeira (2018) também considerou a hipótese levantada por Souza (2011), e assim como a pesquisa do referido autor, também se confirmou a hipótese de que os clíticos *reflexivos* e *recíprocos*, por possuírem mais valor informacional, são mais propensos à realização.

Seguindo a nossa análise, a utilização do clítico inerente foi favorável à realização do clítico, com peso relativo, 85 – como se observa no exemplo (48) retirado do *corpus* analisado –, contrariando a hipótese levantada inicialmente, a qual considerava que tal clítico tendesse à não-realização, uma vez que se configura por possuir menos valor informacional. Tal resultado se assemelha ao de Souza (2011), cujo resultado favorável à realização do clítico, se manifesta em, 83, contrariando assim, a hipótese defendida no seu trabalho.

(48)

- a. ela **se** queixou de dor de cabeça (VAS-3-F)
- b. a pessoa pode **se** libertar do vício do álcool, do fumo (AFS-1-F)

O clítico expletivo por sua vez, também contrariou à nossa expectativa, com o peso relativo, 75, pois assim como o clítico inerente, ele possui menos valor informacional, de modo que esperávamos que tal clítico tendesse à não-realização. Exemplificamos em (49).

(49)

- a. ele saiu daí, e ele foi-**se** embora (TFS-2-M)

No entanto, Souza (2011) observa que o clítico expletivo utilizado na fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas analisadas no seu estudo, a quais se assemelham à comunidade rural afro-brasileira pautada nesta pesquisa, aparece quase que exclusivamente na expressão <IR (ou VIR) + EMBORA> – como acontece em (49) –, dessa forma, o autor afirma que se configura uma situação de fórmula pronta, na qual o falante faz uso do clítico de maneira irrefletida.

Esses valores podem ser mais bem visualizados a partir do Gráfico 2 a seguir.

**Gráfico 2 - Presença do clítico conforme o tipo**



Fonte: A autora

Como é possível visualizar no Gráfico 2, o clítico recíproco de peso relativo ,32 nos revela que o SE, próximo à sua variante nula, está adquirindo força entre as estratégias de indeterminação do sujeito/agente disponíveis no PB. Em acordo com Mello (2009), acreditamos que essa disposição se configura um indicativo de mudança em curso, rumo ao estágio mais avançado do processo de gramaticalização.

### 5.3.2 Pessoa do sujeito

O fator **pessoa do sujeito** aqui discutido foi selecionado a partir do levantamento das ocorrências no *corpus*. Inicialmente, estabelecemos variáveis que ao decorrer do processo, apresentaram pouca relevância estatística. Desse modo, eliminamos os *knockouts* e analisamos, então, os dados que constam na **Tabela 3**, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta a pessoa a do discurso.

**Tabela 3 - Realização do clítico segundo a pessoa do discurso**

| PESSOA DO DISCURSO | Realização/Total | %     | PR.        |
|--------------------|------------------|-------|------------|
| Você               | 9/24             | 37,5% | <b>,68</b> |
| 3ª pessoa          | 23/118           | 19,5% | <b>,46</b> |
| A gente            | 8/40             | 20%   | <b>,47</b> |
| Total de Aplicação | 40/182           |       |            |

Fonte: a autora

Os resultados apresentados na **Tabela 3** revelaram que apesar de os falantes da comunidade de Rio das Rãs tenderem ao apagamento do clítico SE, a pessoa do sujeito *Você* favorece a realização do clítico, com peso relativo **,68**, já a *3ª pessoa do sujeito* e o *a gente*, inibe a realização, com **,46** e **,47**, respectivamente, como podemos ver nos exemplos (50),

(51) e (52).

(50)

- a. você nunca que **se** preocupa com as coisa de amanhã (IAN-1-M)
- b. cê não pode **se** *inzolar*, cê tem que desabafar, entendeu? (IAN-1-M)

(51)

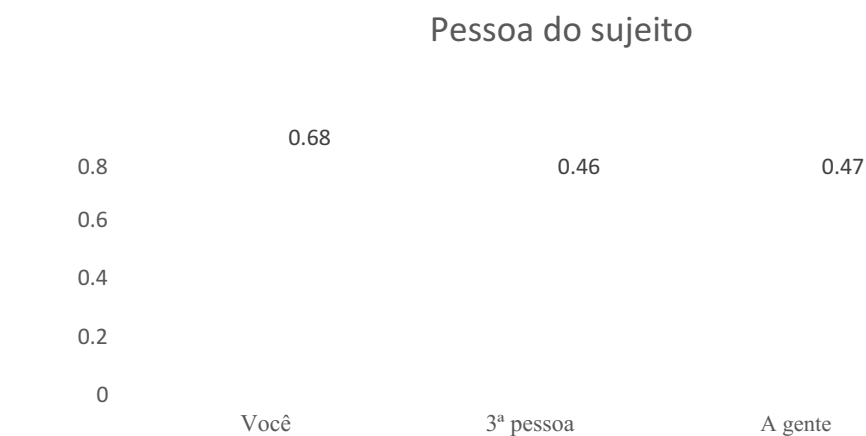
- a. aí ela **Ø** casou com um cara de fora (GFS-1-M)
- b. eu lembro dela, ela **Ø** chamava Josina (GFS-1-M)

(52)

- a. a gente **Ø** mudou pra cá pro Rio (GFS-1-M)
- b. quando a gente **Ø** deitava e *drumicia* os pé (GFS-1-M)

Tais resultados diferem dos apresentados por Souza (2011), pois de acordo à pesquisa do autor, a 3º pessoa do sujeito, apontada por ele como <P6>, com peso relativo, **56** favorece a realização do clítico dito reflexivo.

Para uma melhor análise, vejamos o gráfico a seguir:

**Gráfico 3 - Pessoa do sujeito**

Fonte: a autora

Notamos, portanto, que a influência de tal variável foi contrária a hipótese estabelecida por nós, de que a frequência de realização do clítico seria maior entre as instâncias representadas pelos pronomes *a gente* e *você/vocês*. Assim, nossos dados revelam que no vernáculo de Rio das Rãs os falantes optam por realizarem o SE na presença do pronome *você* numa estratégia que revela a necessidade de marcar a relação entre o falante a ação executada. Cremos ainda que a presença do SE nos casos em que aparece o pronome “você” está em consonância com a natureza semântica do verbo.

Na próxima subseção, apresentamos o resultado da análise dos dados, considerando as variáveis extralinguísticas (sociais) selecionadas pelo programa, a saber: (i) **Sexo** e (ii) **Estada fora da comunidade**, assim como as demais que não foram consideradas relevantes pelo programa, mas que julgamos necessárias para discussão.

#### 5.4 RESULTADO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS

A partir do contexto sócio-histórico das comunidades originadas de agrupamentos de escravos fugidos ou de libertos, de acordo a Souza (2011), a comunidade de fala aqui analisada deveria apresentar, no início do século XX, um padrão em que a realização do clítico dito reflexivo ficaria restrita aos contextos em que ele efetivamente tivesse um valor reflexivo/recíproco.

Considerando esta hipótese, analisamos os resultados das variáveis sociais que possivelmente condicionariam a realização do clítico. Assim, vamos, na presente seção, discutir as duas variáveis sociais selecionadas pelo Programa: *sexo do informante* e *estada fora da comunidade*, além das variáveis não selecionadas: *a escolaridade* e *a faixa etária*.

### 5.4.1 Sexo

A variável *sexo* foi a primeira variável social selecionada pelo Programa. As pesquisas acerca do processo de gramaticalização do clítico SE nas comunidades rurais afro-brasileiras apontam que os falantes do sexo feminino tendem a apresentar usos linguísticos refratários<sup>18</sup>. Feita essa observação, analisemos os dados da **Tabela 4**, considerando a realização do clítico, em relação ao sexo do informante.

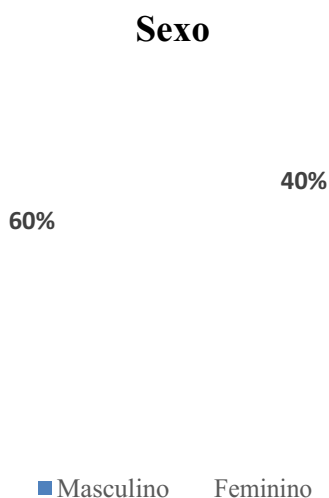
**Tabela 4 - Realização do clítico segundo o sexo do informante**

| SEXO                 | Realização/Total | %     | PR.        |
|----------------------|------------------|-------|------------|
| Masculino            | 16/98            | 16,3% | <b>,40</b> |
| Feminino             | 26/86            | 30,2% | <b>,60</b> |
| Total de ocorrências | 42/184           |       |            |

Fonte: a autora

Os dados apontam que a nossa hipótese de que as mulheres estariam mais próximas do uso da norma padrão em detrimento dos homens foi confirmada, demonstrando o peso relativo, respectivamente, de, **60**, e, **40**. Podemos visualizar melhor no gráfico 4:

**Gráfico 4 - Variável sexo do informante**



Fonte: a autora

<sup>18</sup> Alusão à resistência às mudanças.

Para tal fator do gráfico 4, os resultados de Souza (2011) confirmaram a hipótese levantada pelo autor que os indivíduos do sexo masculino tendem à realização do clítico dito reflexivo, com peso relativo ,61, uma vez que nessas comunidades, os homens estão mais integrados ao processo produtivo e à vida social, o que permite um maior contato com o mundo exterior e, conseqüentemente, com padrões linguísticos oriundos dos centros urbanos. Para o pesquisador, as mulheres são mais circunscritas ao universo doméstico, permitindo a preservação dos usos linguísticos mais marcados pelos processos pretéritos de transmissão linguística irregular que formaram a gramática dessas comunidades de fala.

A consideração de Souza (2011) é inviável ao se tratar da comunidade quilombola de Rios das Rãs, pois defendemos que, devido ao contexto ao qual a mulher está inserida na comunidade, que aponta para sua participação efetiva nos vários âmbitos sociais, tais como, mercado de trabalho, cenário político, educação, e não ao papel conservador enraizado nos costumes sociais que consiste a prevalência do comportamento linguístico feminino referente à norma de prestígio sobre o masculino. Dutra (2007) salientou em sua pesquisa, que os conflitos ocorridos na comunidade de Rio das Rãs, impulsionou a participação feminina na comunidade:

[...] na medida em que tomam consciência da importância de sua participação, as mulheres começam a se envolver nas discussões e passam a construir seus espaços dentro das organizações que são criadas, como é o caso da Cooperativa Agropastoril do Quilombo Rio das Rãs, onde essas mulheres se fazem presentes, participando da direção ou até mesmo organizando-se em grupos específicos de mulheres para desenvolverem projetos comunitários, como horta, trabalhos artesanais, corte e costura, que as ajudam a colaborar com o orçamento familiar. Passaram também a participar, em maior número, das reuniões e encontros promovidos pela comunidade ou por entidades que colaboram com a resolução dessa problemática (DUTRA, 2007, p. 68, apud ASSIS, 2019, p. 136).

Deste modo, supomos que a nova postura social da mulher seria viés de transformação do vernáculo da Comunidade, pois, o contato com os diversos grupos sociais estaria condicionando as pressões da norma, de modo que estariam assumindo os valores e grupos sociais considerados mais prestigiados, portanto, que fazem a realização do clítico SE.

#### **4.4.2 Estada fora da comunidade**

A variável em questão atua como termômetro para analisar o nível de contato que os falantes de determinada comunidade tiveram com os padrões linguísticos e culturais externos, neste caso, os que se ausentaram por mais de seis meses. Vejamos a **Tabela 5**.

**Tabela 5 - Variável Estada fora da comunidade em dados percentuais e peso relativo**

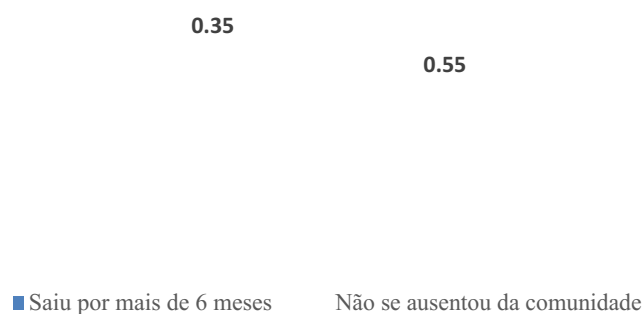
| <b>Estada fora da comunidade</b> | <b>Realização/Total</b> | <b>%</b> | <b>PR.</b> |
|----------------------------------|-------------------------|----------|------------|
| Saiu por mais de seis meses      | 36/139                  | 29,5%    | <b>,55</b> |
| Não se ausentou da comunidade    | 6/45                    | 13,3%    | <b>,35</b> |
| <b>TOTAL</b>                     | 42/184                  | 21,4%    |            |

Fonte: A autora

Os dados da **Tabela 5** confirmam a hipótese de que os falantes que saíram da comunidade por mais de seis meses tendem à realização do clítico dito reflexivo, uma vez que essa estada fora permitiu maior acesso aos padrões linguísticos e culturais externos, influenciando no uso de estruturas linguísticas oriundas dos centros urbanos, o peso relativo para essa categoria é de **,55**. Também foi confirmada hipótese, de que os falantes que não se ausentaram da comunidade tendem à não-realização do clítico dito reflexivo, já que permanecer na comunidade possibilita a preservação dos usos linguísticos mais primitivos e, conseqüentemente, mais marcados pelos processos pretéritos de transmissão linguística irregular que formaram a gramática dessas comunidades de fala, para tal, o peso relativo **,35**. O gráfico 5 abaixo espelha melhor tais dados:

**Gráfico 5 - Variável Estada fora da comunidade**

Estada fora da comunidade



Fonte: a autora.

Diante do gráfico, podemos inferir que o nosso resultado se assemelha ao do trabalho de Souza (2011), cujos dados apontaram para peso relativo de, **59** para os falantes que moraram fora por mais de seis meses e, **44** para os falantes que nunca se ausentaram da comunidade.

Por opção metodológica, optamos por discutir as variáveis que não foram selecionadas pelo Programa a fim de nos colocarmos frente às situações espelhadas pelos dados.

#### 4.4.3 Faixa etária

De acordo a Labov (2008 [1972]), a variável *faixa etária* é fundamental nos estudos que adotam a análise de tempo aparente, uma vez que possibilita a observação dos possíveis processos de mudança em curso. Neste sentido, elencamos tal variável a fim de identificar a direção que o fenômeno em questão vai apontar.

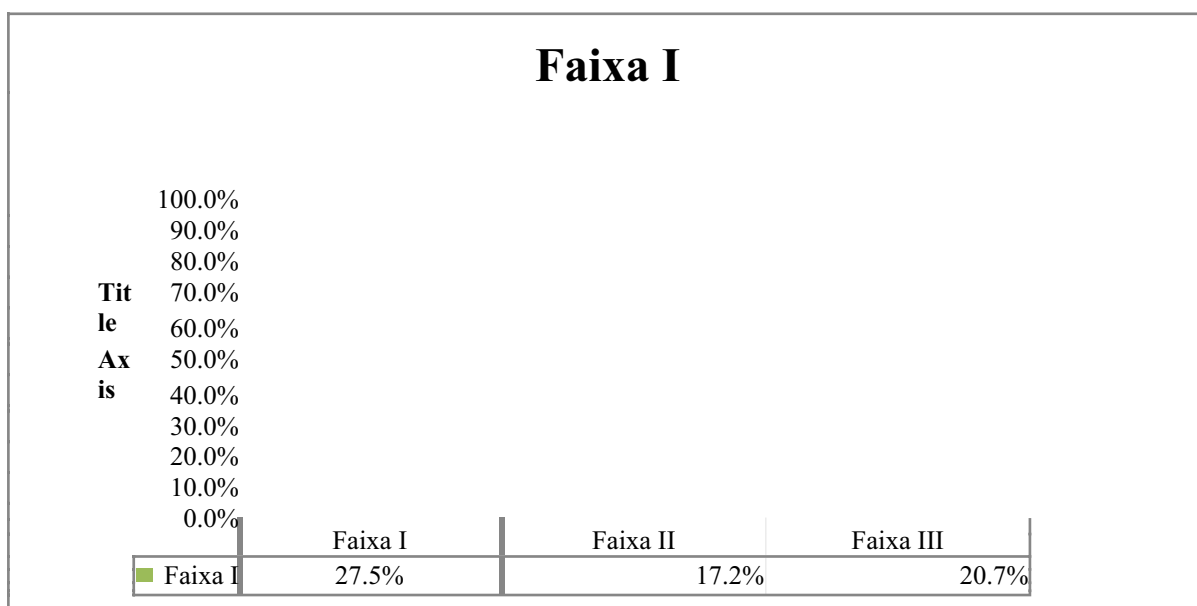
Analisemos, então, os dados que constam da **Tabela 6**, os quais se referem à realização do clítico, levando em conta a faixa etária do informante.

| <b>Tabela 6 - Realização do clítico segundo a Faixa etária do informante</b> |                         |          |
|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|----------|
| <b>Faixa Etária</b>                                                          | <b>Realização/Total</b> | <b>%</b> |
| Faixa I (18 a 40 anos)                                                       | 25/91                   | 27,5%    |
| Faixa II (41 a 60 anos)                                                      | 11/64                   | 17,2%    |
| Faixa III (acima de 60 anos)                                                 | 6/29                    | 20,7%    |

Fonte: a autora

Os resultados percentuais apresentados na **Tabela 6** e do gráfico abaixo sinalizam a confirmação da hipótese de que os falantes mais jovens estão propensos<sup>19</sup> à realização do clítico dito reflexivo, em detrimento dos falantes mais velhos, embora apresentem um valor de realização similar ao do grupo III (mais velhos).

<sup>19</sup> Considerando que não houve seleção dessa variável pelo Programa, posicionamo-nos sobre os dados indicando que existe uma propensão e não uma tendência.

**Gráfico 6 - Realização do Pronome SE segundo a variável Faixa Etária**

Fonte: a autora.

A nossa hipótese é justificada através da expectativa do processo de mudança em curso, uma vez que, a tendência ao uso da variante inovadora aumenta à medida que a faixa etária do informante diminui. Lucchesi (2005) preconiza que no Português Popular os falantes mais jovens estão em processo de aquisição da variável mais próxima à norma culta urbana (a privilegiada), revelando nesse nível de idade uma mudança em progresso. A favor disso, os resultados obtidos em Rio das Rãs se aproximam aos da pesquisa de Souza (2011), ao confirmar tal hipótese. Já os resultados de Teixeira (2018) mostraram, que são os informantes da faixa etária intermediária – com frequência de realização de 82,5%, que tendem mais à realização do pronome clítico SE.

#### 4.4.4 Escolaridade

No geral, os falantes de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas têm, pouco ou nenhum acesso à escolarização, quando se fala “escolarizado”, muitos são capazes de assinar apenas o próprio nome. Mas, então, por qual motivo analisar tal variável? Para esta indagação acredita-se que os falantes semianalfabetos procurem se aproximar mais do padrão linguístico dos centros urbanos do que os falantes totalmente analfabetos. Segundo Mollica (2010), a escolarização tem sido testada amplamente para se verificar o seu grau de influência sobre os falantes quanto à apropriação da norma de prestígio.

A partir dessas considerações, analisemos os dados que aparecem na Tabela 7, os quais levam em conta a escolaridade os informantes.

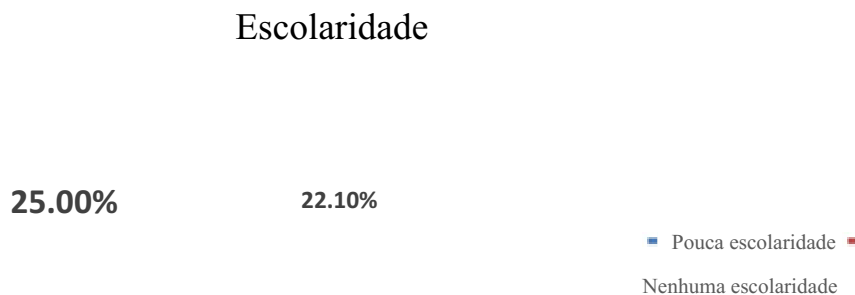
**Tabela 7 - Marca de pessoa no clítico segundo a escolaridade do informante**

| <b>Escolaridade</b>  | <b>Realização/Total</b> | <b>%</b>     |
|----------------------|-------------------------|--------------|
| Pouca escolaridade   | 30/136                  | 22,1%        |
| Nenhuma escolaridade | 12/48                   | 25,0 %       |
| <b>TOTAL</b>         | <b>42/184</b>           | <b>23,6%</b> |

Fonte: a autora

Os resultados apresentados na tabela apontam, portanto, para a não confirmam da hipótese de que os falantes pouco escolarizados tendem a utilizar mais o clítico SE, do que os falantes sem escolarização. Pois, ambos apontaram para a não realização, e os falantes com pouca escolaridade tiveram, mesmo que irrelevante, número inferior de realização em relação aos falantes com nenhuma escolaridade. Vejamos melhor esses resultados a partir da frequência apresentada no Gráfico:

**Gráfico 7 - Variável Escolaridade no corpus da CRR em dados percentuais**



Fonte: a autora

A escola é a maior percussora no que se refere à “língua de prestígio”, de modo que, quanto maior é o nível de escolaridade, mais próximo é à língua prestigiada, à norma formal. Portanto, espera-se que cresça a tendência ao emprego dos clíticos, fato não comprovado nesta pesquisa e exibido no gráfico acima.

Os estudos de Souza (2011) confirmaram a hipótese de que os falantes pouco escolarizados tendem a utilizar mais o clítico SE, do que os falantes sem escolarização, os números da sua pesquisa apontaram que 96% dos pouco escolarizados tendem a usar o clítico, e os analfabetos tendem a não utilizar a marca de pessoa no clítico dito reflexivo. Tais resultados se assemelham ao de Teixeira (2018), com 88,4% para o classificado como culto e 36,1% para o popular, a autora ainda sugere que o uso do SE, na verdade, é inserido no repertório linguístico do falante de Vitória da Conquista, mormente por intermédio do processo de escolarização.

Dada a apresentação da rodada das variáveis extralinguísticas, salientamos que o método categórico desta ferramenta expande o poder de análise das influências e alcances que os grupos de fatores apresentam no âmbito da comunidade de fala.

Ao final desta seção, após apresentar os dados sobre as categorias extralinguísticas, podemos concluir que tais variáveis revelam que existe uma tendência do processo de mudança em curso, em relação ao apagamento do dito SE reflexivo.

O GF *sexo* indica que as mulheres realizam com mais frequência o SE junto ao verbo, de modo que se aproxime mais da norma padrão. O GF *estada fora da comunidade*, aponta, que os falantes que estiveram por mais tempo fora da comunidade, tendem ao uso da variante padrão por terem maior acesso aos padrões externos dos centros urbanos. A *faixa etária* demonstrou haver maior influência quanto aos falantes mais jovens, de modo que estão mais propensos à realização do clítico. Por fim, o GF *escolaridade* evidenciou nesta pesquisa, que ao contrário do esperado, os falantes que estiveram por mais tempo fora da comunidade não fazem o uso da variante padrão com mais frequência. Portanto, pelos resultados justificados, podemos defender que a variação pode ser explicada pelas variáveis extralinguísticas na comunidade de fala de Rio das Rãs.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise variacionista do fenômeno do clítico dito reflexivo SE, objetivamos analisar e descrever o seu funcionamento, tal como a variação e mudança entre a realização e o apagamento desse clítico na fala de informantes do português afro-brasileiro da comunidade de Rio das Rãs, situada na cidade de Bom Jesus da Lapa - BA, considerando os fatores linguísticos e extralinguísticos que estariam atuando na realização da variável.

Os resultados obtidos nesta análise confirmaram a hipótese inicial do apagamento do pronome SE junto ao verbo na comunidade de Rio das Rãs, já que com o amparo de Lucchesi e Souza (2018), consideramos que o uso dos pronomes reflexivos teria se reduzido devido ao processo de transmissão linguística irregular que marca a formação histórica de comunidade afro-brasileiras, representadas aqui pela comunidade supracitada.

Analizamos 24 entrevistas extraídas do *corpus*, da comunidade de Rio das Rãs, constituídos pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo/CNPq – *Janus*, estratificadas quanto ao sexo, estada fora da comunidade, tempo de escolarização e faixa etária dos informantes. Submetemos os dados codificados às rodadas no GOLDVARB X.

Os dados vistos pelo Programa GoldVarb X indicaram as variáveis linguísticas i) **tipos de SE** e ii) **pessoa do sujeito** selecionadas como relevantes para a análise. Pois ambas apresentam possibilidade de padrão de apagamento, já que os pesos relativos apontaram para isso. Em relação ao condicionamento linguístico *tipos de SE*, mostrou-se sensível aos tipos (*inerente* com , 85; *expletivo* com , 75; *reflexivo* com , 57; *passivo* com , 52 e *recíproco* com , 32) e à *pessoa do sujeito*. Os clíticos *reflexivo* e *recíproco* apresentaram maior número de ocorrências, demonstrando grau ou nível acentuado de apagamento. Quando tratamos da *pessoa do sujeito*, existe uma hierarquia que demonstra que “você” apresenta maior tendência à realização com , 68, seguido de “a gente” com , 47 e, posteriormente, “terceira pessoa” com , 46.

Ao considerarmos as variáveis sociais, percebemos que a variável *sexo* indica que as mulheres com , 60 costumam realizar mais o pronome do que os homens com , 40. Tais dados esclarecerem a configuração dos papéis sociais que a mulher tende a assumir dentro da comunidade linguística.

Os dados do grupo de fator *estada fora da comunidade* confirmaram a nossa hipótese ao apontar que os falantes que saíram da comunidade por mais de seis meses com , 55 tendem à realização do clítico dito reflexivo, por conta da exposição a padrões linguísticos externos,

ao passo que os falantes que não se ausentaram da comunidade tendem à não-realização do tal clítico com , **35**, pois costumam preservar os usos linguísticos

Curiosamente, o Programa GOLDVARB X não selecionou relevante a variável *faixa etária*, hipotetizada por nós como possível *tendenciadora* no processo de mudança em curso. Mas a análise aqui realizada levou em consideração pela relevância desse fator para se verificar indícios de algum processo passado de variação. Dito isso, os números sinalizaram a confirmação da hipótese de que os falantes mais jovens estão propensos à realização do clítico dito reflexivo. Pois defendemos que a tendência ao uso da variante inovadora aumenta à medida que a faixa etária do informante diminui.

Por fim, os resultados permitem-nos afirmar, que as estruturas ditas reflexivas presentes no português afro-brasileiro teriam sido influenciadas por processos passados do contato entre línguas, evidenciados no processo de formação da comunidade em questão, que por sua vez acaba assumindo novas funções. Corroboramos que os efeitos desses processos teriam se desenvolvido nos ambientes mais isolados e marcado pela presença africana.

Ainda, ratificamos que nesta dissertação não podemos afirmar que o clítico vai desaparecer da língua, mas podemos sinalizar que esse é um fenômeno que está do processo de mudança em curso evidenciado pelos resultados discutidos aqui. Desse modo, esperamos que a partir dos resultados apresentados através da análise quantitativa deste estudo, possamos contribuir no aprimoramento das pesquisas linguísticas acerca da temática discutida.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: O livro, 1920.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas**. Brasília/DF: Senado Federal, 2011.
- ASSIS, L.B. **A concordância nominal de número na comunidade quilombola de Rio das Rãs: análise das variáveis**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.
- ASSIS, R. M. **Variações linguísticas e suas implicações no ensino do vernáculo: uma abordagem sociolinguística**. In: LIRA, S.; VANDRESEN, P. (eds.) *Ilha do Desterro* 20, 1988. p. 71-76
- BULHÕES, L. P; CARVALHO, C.S (org.). **Sociolinguística: estudo da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro**. Feira de Santana: EDUEFS, 2013. p. 145- 167.
- CAMACHO, R.G. **Construções Passiva e Impessoal: Distinções funcionais**. Alfa, São Paulo. v. 44, 2000. p. 215-233,
- CAMACHO, R. G. Construções de voz. In: ABAURRE, B. M.; RODRIGUES, A. C. S. R. (Org.). **Gramática do Português Falado**. v. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 227-316.
- CAMACHO, R. G. **Em defesa da voz média no português**. Delta, São José do Rio Preto (SP). n. 19: 1. 2003. p. 91-121.
- CEZARIO, M. M; VOTRE, Sebastião. **Sociolinguística**. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo, (org). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2008.
- D'ALBUQUERQUE, A. da C. **A perda dos clíticos em um dialeto mineiro**. *Revista Tempo brasileiro: sociolinguística e o ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1988, p. 97-121.
- DIONÍSIO, A. P. **Variedades linguísticas: avanços e entraves**. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. (org.). *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- DUTRA, N. O. **Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982- 2004)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2007.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa – Instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.
- HOUAISS, A. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura, 1985.
- HOUAISS, A. V, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KEMMER, S. **The middle voice**. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins Publishing, 1997.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

- LIMA, B. F. Z. **O percurso diacrônico das construções com o pronome se na Língua Portuguesa como um processo de gramaticalização**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LUCCHESI, D. **As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000)**. D.E.L.T.A., 17:1, 2001.
- MARROQUIM, M. **A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco**. Curitiba: HD Livros Editora, 1934.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.
- MELO, N. S. S. **O clítico “SE” com valor reflexo ou recíproco: uma abordagem sociolinguística**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- MENDONÇA, R. **A influência africana no português do Brasil** / Renato Mendonça, apresentação de Alberto da Costa e Silva, prefácio de Yeda Pessoa de Castro. — Brasília: FUNAG, 2012.
- MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L (org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- NASCENTES, A. **O idioma nacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.
- NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1922/1953.
- NUNES, J. **O Famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e se indeterminador**. 189 p. [Dissertação de mestrado em Linguística]. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1990.
- NUNES, J. **Ainda o famigerado se**. D.E.L.T.A., v.11, n.2, p.201-240, 1995.
- OLIVEIRA, M. **Nós se cliticizou-se?**. In: LOBO, Tânia Conceição Freire *et al.* Para a história do português brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2006. v. 6, t. 1-2. P. 413-424.
- PAIVA, M. C. **Transcrição de dados linguísticos**. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à Sociolinguística Variacionista: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2010.
- PEREIRA, D. C. **Variação e mudança no uso dos pronomes reflexivos no português popular da capital paulista: uma abordagem funcionalista e cognitivista**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007.
- PETTER, M. M. T; CUNHA, A. S. **Introdução à Linguística. Africana**. (org.). São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- PETTER, M; ALKMIN, T. **Palavras de África no Brasil de ontem e hoje**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- RAIMUNDO, J. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**, Rio de Janeiro: Renascença, 1993.
- ROCHA, A. **Clíticos reflexivos: uma variante sociolinguística na cidade de Ouro Preto**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

ROMAINE, S. **Socio-Historical Linguistics: its status and methodology**. Cambridge University Press, 2009 [1982].

ROMANELLI, R. C. **O Supletivismo Indo-Europeu na Morfologia Latina**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1975.

SILVA, J. A. A. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia**. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, J. A. A. **A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SOUZA, J. A. **As estruturas reflexivas no português popular do interior do estado da Bahia**. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.  
SOUZA, Jurgem Alves de. **As estruturas reflexivas no português afro-brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011

STEIL, C. A. **Política, etnia e ritual (o Rio das Rãs como remanescente de quilombos)**. Revista de Ciências Humanas Florianópolis v.16 n.24 p.93-110 out. de 1998.

TARALLO, Fernando Luiz. **A pesquisa sócio-lingüística**. 7. ed., São Paulo: Ática, 2007 [1982].

TEIXEIRA, E. S. P. **Aspectos da pronominalização do português vernacular de Luanda: uma comparação com o português do Brasil**. In: LOPES, Norma da Silva; BULHÕES, Lígia Pelon da Silva; CARVALHO, Cristina dos Santos. (org.). **Sociolinguística: estudo da variação, da mudança e da socio-história do português brasileiro**. Feira de Santana: EDUEFS, 2013, v., p. 145-167.

TEIXEIRA, J. O. R. **O Clítico SE no Português Popular e Culto de Vitória da Conquista: uma análise sociolinguística e sociofuncionalista**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

VITRAL, L. **A evolução do se reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização**. In: LOBO, Tânia et alii. (org). Para a história do português brasileiro. Volume VI: Novos dados, novas análises. t. 1, 2003. p. 107-163.

VITRAL, Lorenzo. **A Interpolação de Se e suas conseqüências para a Teoria da Cliticização**., Revista da ABRALIN, 2002, v.1, nº 2, p.161-197.

WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZOG, M. I. **Empirical Foundations for a Theory of Language Change**. Austin-London: University of Texas Press. 1968.

WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].